

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Petrobras não poderá manter participação em refinarias que vender	2
Título: Após comprar a TAG, Engie mira novas aquisições no Brasil	3
Título: Sterlite planeja vender ativos para bancar novos projetos	5
Título: Braskem suspende operação em Maceió e perde R\$ 2,6 bi na B3	7
Título: Chevron sai e Occidental compra Anadarko.....	9
Título: Vale reporta prejuízo de R\$ 6,4 bi no 1º tri	9
Título: Sanções contra Irã afetam mercado de minério de ferro	11
Título: Divulgação do valor do impacto deve tranquilizar mercado	13
Título: Com R\$ 2 bilhões em caixa, Enauta vai priorizar compra de ativos.....	14
Título: CSN estrutura contrato adicional com a Glencore de mais US\$ 250 milhões	16
Título: Caixa dá a largada em oferta da Petrobras.....	17
Título: Curta	18
Título: Nova projeção oficial do PIB deve ampliar contingenciamento	19
Título: Maria Cristina Fernandes: A resistência da base bolsonarista à regulação	20
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo.....	24
Título: Distribuidoras questionam parecer da ANP	24
Título: CNPE aprova regras para venda de refinarias	26
Título: Após tragédia de Brumadinho, Vale tem prejuízo de R\$ 6,4 bi no trimestre	26
Título: Sem retomada, siderúrgicas patinam	28
Título: Governo fará revisão geral das 334 áreas de proteção ambiental no País	29
Título: Previsão de PIB menor faz governo admitir novo corte no Orçamento	31
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	32

Título: Governo impõe regras para a venda de refinarias da Petrobras	32
Título: Vale estima em balanço perdas de R\$ 19 bi com tragédia de Brumadinho	33
Título: Governo espera arrecadar mais com ações da Eletrobras	35
VEÍCULO: O Globo	35
Título: Partilha do fundo do pré-sal com estados ficará para 2020	35
Título: Com Brumadinho, Vale tem prejuízo de R\$ 6,4 bi	37
Título: União define regras para venda de refinarias da Petrobras	38
Título: Gasolina atinge R\$ 4,99 no Rio, a mais cara do país	39
Título: Será que a Valero confia em Bolsonaro?	40
Título: Plano para baratear gás prevê fim de monopólios	40
Título: Vale: prejuízo de US\$ 1,6 bi	42
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	42
Título: Vital para a economia.....	42
Título: "Impossível imaginar MG sem a mineração"	45
Título: A mineração da bauxita é pop.....	46

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 10/05/2019

Seção: Brasil

Autor: Rafael Bitencourt | De Brasília

Título: Petrobras não poderá manter participação em refinarias que vender

O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) definiu ontem as diretrizes para a venda de ativos da Petrobras no setor de refino. Sem mencionar o nome da estatal, o conselho divulgou comunicado para informar que o parâmetro vale para empresas que ocupam posição dominante nesse mercado.

A Petrobras já anunciou o plano de venda de oito das 13 refinarias que detém. As unidades de refino que serão negociadas possuem capacidade de processamento de 1,1 milhão de barris por dia.

As diretrizes de venda de ativos aprovadas pelo CNPE produzirão efeitos não apenas sobre as refinarias em si, mas também sobre as infraestruturas usadas para a movimentação de insumos e produtos próprios. A transferência de controle deve ser "preferencialmente" para outras empresas que não exercem poder de mercado, classificados como "grupos econômicos desverticalizados".

O conselho, formado por ministros do governo, considera ainda que é de interesse nacional que as refinarias concorrentes sejam alienadas para grupos distintos. O colegiado destacou que "em nenhum caso" deve ser mantida participação societária do "vendedor" nos ativos alienados.

Para os ministros, a resolução aprovada é um "marco na política energética nacional", que tem por objetivo estimular a entrada de novos agentes econômicos com a atração de investimentos.

"Há expectativa de aumento da competitividade no fornecimento primário de combustíveis e demais derivados de petróleo, garantindo um mercado capaz de atender o consumidor brasileiro em condições adequadas de preço e qualidade", informou a nota do **Ministério de Minas e Energia**.

Após a reunião do CNPE, na manhã de ontem, o secretário-executivo do Ministério da Economia, Marcelo Guaranys, afirmou a jornalistas que o interesse principal do governo é "potencializar o máximo possível" a competição no mercado de refino.

No encontro, o CNPE também fez ajustes nos percentual mínimo de óleo-lucro das quatro áreas da Bacia de Santos que serão ofertadas no leilão de venda do volume excedente aos 5 bilhões de barris do contrato de cessão onerosa, firmado com a Petrobras.

No contrato de partilha, a disputa no leilão se dá pela maior oferta de óleo-lucro à União - volume contabilizado depois de descontar os custos de produção. Guaranys disse que, apesar dos ajustes, o valor do bônus de assinatura, de R\$ 106 bilhões, não foi alterado.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 10/05/2019

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Após comprar a TAG, Engie mira novas aquisições no Brasil

Em fase de conclusão da compra da Transportadora Associada de Gás (TAG), da Petrobras, a Engie Brasil Energia (EBE) já analisa novas oportunidades de aquisições no setor de energia. Entre as áreas de interesse da companhia está o mercado secundário de transmissão, em que são ofertados ativos de transmissão em construção ou em operação.

"Devemos participar de alguns processos [de aquisição] de forma ativa. Não é a compra da TAG que vai nos impedir de continuar buscando crescimento, investindo no país, porque entendemos que o Brasil tem boas perspectivas de desenvolvimento, vai enfrentar uma onda positiva de desenvolvimento nos próximos anos, com as reformas sendo feitas", afirmou o diretor-presidente da EBE, Eduardo Sattamini, ao **Valor**.

"Estamos olhando, sim, alguns processos [de venda de ativos de transmissão] que estão na rua, alguns com mais interesse, outros com menos. Transmissão é uma atividade em que queremos crescer. A questão é que ela tem que vir com retorno adequado. Vamos olhar esses ativos com carinho e aumentar a importância da transmissão no nosso portfólio de negócios", completou o executivo.

Sattamini prevê que a conclusão da compra da TAG ocorra entre o fim de maio e o início de junho. "[Com a conclusão] passa para nós a obrigação de pagar todos os desembolsos, os empréstimos. É uma compra alavancada. E nós também passaremos a ter o rendimento do investimento nesse novo ativo, a partir do momento do fechamento da operação. Então, quanto antes [concluir], melhor para contribuir para o resultado deste ano".

Junto com a holding francesa Engie, e o fundo canadense Caisse Dépôt et Placement du Québec (CDPQ), a EBE adquiriu 90% da TAG, por US\$ 8,6 bilhões. Com o negócio, a EBE terá 29,25% da TAG. A Engie terá outros 29,25%. O CDPQ ficará com 31,5% e a Petrobras, com 10%. Nesta semana, o presidente da estatal, Roberto Castello Branco, anunciou o interesse em vender a fatia restante na TAG em "futuro próximo".

Quanto antes concluir compra da TAG, melhor para contribuir para o resultado deste ano, diz presidente da EBE

Na área de novos projetos, a EBE pretende participar dos leilões de energia "A-4", em junho, e "A-6", em setembro, que negociarão contratos de novos projetos para início de entrega em 2023 e 2025, respectivamente. Em teleconferência com analistas, porém, Sattamini disse que a demanda nos leilões deve ser baixa, aumentando a competição e puxando os preços para baixo. Segundo ele, a participação da empresa será condicionada à rentabilidade esperada.

Com a aquisição da TAG, o nível de endividamento da EBE deve ficar próximo de 2,5 vezes a dívida líquida sobre Ebtida no final do ano, indicou o executivo. A empresa fechou o primeiro trimestre com indicador de 2,1 vezes.

Sattamini disse, porém, que a elevação do nível de endividamento será compensada pelo início de operação de usinas da empresa, que aumentará a geração de caixa. Um exemplo é a térmica a carvão de Pampa Sul, que recebeu esta semana autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para operar em testes. A expectativa da EBE é que a usina, de 345 megawatts (MW) de capacidade, no Rio Grande do Sul, entre em operação comercial no fim de junho.

"Ainda há espaço para continuar crescendo de forma orgânica, ou através de aquisições", disse ele. A EBE fechou o primeiro trimestre com R\$ 950,3 milhões em caixa.

Sobre o resultado no período, Sattamini explicou que houve impacto positivo de um maior volume de vendas e de preços de energia, pelo lado da geração, além da receita oriunda de novas usinas da empresa. O resultado, porém, sofreu impacto negativo da área de "trading" (compra e venda de energia), devido à alta repentina e inesperada de preços no mercado de curto prazo no início do ano.

"Estamos mantendo a solidez do nosso resultado, em que pese as dificuldades do [mercado de] curto prazo", afirmou ele, ao **Valor**.

A companhia fechou o primeiro trimestre com lucro líquido de R\$ 565,5 milhões, com crescimento de 15,6%, ante igual período de 2018. Na mesma comparação, a receita líquida subiu 25,1%, totalizando R\$ 2,3 bilhões, e o Ebitda cresceu 15,9%, para R\$ 1,2 bilhão.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 10/05/2019

Seção: Empresas

Autor: Taís Hirata | De São Paulo

Título: Sterlite planeja vender ativos para bancar novos projetos

A empresa indiana de energia elétrica Sterlite Power confirma a intenção de vender o projeto de linhas de transmissão Arcoverde, no agreste pernambucano, e diz que o objetivo é usar os recursos para investir em novos negócios no país, afirma o presidente global, Pratik Agarwal.

A operação é "normal" e faz parte de uma estratégia da companhia - que se define mais como "desenvolvedora de projetos" do que como operadora, diz ele.

A empresa acaba de concluir a construção da linha de Arcoverde, 28 meses antes do prazo exigido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

O projeto foi o primeiro de dez que a empresa tem hoje no Brasil. A companhia fez barulho no mercado ao arrematar diversos lotes de linhas de transmissão, com lances agressivos e deságios que chegaram a 60%. O grupo ainda tem cerca de R\$ 7,6 bilhões de investimentos a serem feitos nas demais linhas arrematadas.

Assim como no caso de Arcoverde, outros desses ativos poderão ser alvo de futuras vendas.

O Brasil terá ao menos US\$ 20 bilhões em novos projetos que serão leiloados, e toda companhia precisa ter capital para crescimento. Para nós, esse capital é levantado trazendo investidores aos nossos ativos em operação", afirmou presidente mundial da empresa ao **Valor**.

"Não temos cronograma fixo para isso, mas um time da companhia está sempre observando em quais ativos o mercado está interessado. Essa é nossa estratégia, fizemos isso na Índia e tivemos muito sucesso."

Uma possibilidade, ainda em estudo, é a criação de um fundo no Brasil para abrigar os recursos das vendas e receber investimentos de outros interessados nos projetos da companhia - modelo também adotado pela Sterlite na Índia, com o fundo IndiGrid.

A empresa diz que não tem tido problemas para financiar seus investimentos robustos no país.

Segundo Rui Chammas, que comanda a operação no Brasil, os dois primeiros projetos estão 100% estruturados, além de Arcoverde, há o projeto Vineyards, no Rio Grande do Sul. O terceiro, de Novo Estado, que ligará a usina de Belo Monte a Tocantins, está com discussões adiantadas, mas ainda resta obter a licença de instalação para firmar os financiamentos. Esses três projetos já representam 50% de todas as despesas de capital da empresa no Brasil.

Quanto aos outros sete projetos, dois também já têm conversas avançadas com bancos, diz ele.

Em relação ao leilão de transmissão previsto para ocorrer em dezembro, Agarwal afirma que ainda é cedo para afirmar se a companhia vai dar lances e diz que será preciso avaliar o nível de interesse do mercado.

No último leilão, de dezembro do ano passado, a empresa teve uma participação mais tímida que no anterior, levando apenas um lote. "É difícil dizer se os deságios vão continuar altos. Acho que no último leilão os descontos foram um pouco altos. Mas é difícil prever por quanto tempo isso vai continuar", afirma.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 10/05/2019

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes | De São Paulo

Título: Braskem suspende operação em Maceió e perde R\$ 2,6 bi na B3

Um dia após a divulgação do laudo do Serviço Geológico do Brasil (CPRM) que associou o afundamento do solo em três bairros de Maceió à extração de sal-gema pela Braskem, a petroquímica anunciou ontem a suspensão das atividades no local, com efeito cascata em outras fábricas de vinílicos. A notícia, associada ao fraco resultado do primeiro trimestre e a perspectivas pouco otimistas para o restante do ano, derrubou as ações da companhia, que perdeu R\$ 2,6 bilhões em valor de mercado, para R\$ 32,3 bilhões. As ações PNA da empresa lideraram as quedas do Ibovespa e terminaram o dia com perda de 7,4%, cotadas a R\$ 40,53, valor mais baixo em 2019.

Entre uma teleconferência e outra para comentar os números do trimestre, a Braskem informou que já deu início aos procedimentos de paralisação da exploração do sal em Maceió e, conseqüentemente, da produção de cloro-soda e dicloroetano nas fábricas de Pontal da Barra, bairro da capital alagoana. Até o início da noite, a produção de PVC, cujo ciclo começa justamente no sal-gema, em Marechal Deodoro (AL) e no Polo de Camaçari (BA) estava mantida - mas a companhia informou que avaliava os impactos da paralisação nessas operações.

Com a decisão, a Braskem se antecipou a um pedido que seria feito pelo Ministério Público Estadual e pela Defensoria Pública de Alagoas à Justiça. Na terça-feira, os órgãos ratificaram o pedido de bloqueio de R\$ 6,7 bilhões da Braskem com vistas à indenização de famílias afetadas nos bairros do Pinheiro, Mutange e Bebedouro. Por enquanto, o bloqueio está limitado a R\$ 100 milhões e o pagamento de dividendos de R\$ 2,7 bilhões pela companhia está suspenso.

O presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas (TJ-AL), Tutmés Airan, se reuniu ontem com representantes da CPRM e da Defesa Civil, em busca de

informações para tentar mediar o litígio. "Esse é, seguramente, o maior conflito da história de Alagoas e, para evitar que 40 mil ações desaguem no Judiciário, é preciso que a gente tenha maturidade e informação, para que as partes se sentem à mesa e componham esses interesses", disse em nota.

A companhia ainda não tem uma estimativa do impacto financeiro da suspensão das operações em Alagoas

O presidente da Braskem, Fernando Musa, lembrou que a companhia vem conduzindo estudos na região desde março do ano passado, quando foi registrado um tremor de terra, conduzidos por especialistas internacionais e empresas especializadas. "Estamos comprometidos com uma série de ações de suporte à população que foi afetada e vamos continuar com essas iniciativas. Nossa preocupação principal e prioridade é a segurança das pessoas", afirmou.

Segundo o executivo, a Braskem já está estudando possíveis alternativas para a obtenção de sal-gema. Do ponto de vista técnico, as unidades de cloro-soda e de cloroetano precisam do sal que vem da mineração. Mas existem operações similares à nossa em outros lugares, que trazem o sal de outras maneiras que não a mineração à pequena distância", afirmou, acrescentando que a operação na Bahia usa sal extraído em Alagoas.

A companhia ainda não tem uma estimativa do impacto financeiro da suspensão das operações, mas acredita que não será relevante - a despeito de o negócio de vinílicos representar entre 3% e 5% do resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) consolidado. Em Alagoas, a Braskem pode produzir 460 mil toneladas por ano de cloro e soda cáustica e 200 mil toneladas de PVC e atende a mais de 60 empresas do setor, entre as quais a Tigre, Krona e Cooplastic. Entre 15% e 20% da arrecadação do Estado vem da operação da petroquímica, que emprega 20 mil pessoas, entre vagas diretas e indiretas.

No primeiro trimestre, a evolução dos resultados financeiros da Braskem foi garantida por mais de R\$ 1,5 bilhão em eventos não recorrentes, que tiveram efeito desde as primeiras linhas do balanço e estão refletidos no lucro líquido de pouco mais de R\$ 1 bilhão. O desempenho operacional, por outro lado, confirmou que o intervalo foi fraco em termos de demanda e de spreads petroquímicos. No intervalo, a receita líquida totalizou R\$ 12,98 bilhões, estável na comparação anual, e o Ebitda ajustado subiu 5%, para R\$ 2,77 bilhões.

Sem considerar que reconheceu receitas de R\$ 1,265 bilhão referentes à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins e a reversão de provisões relacionadas à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e ao Regime Especial da Indústria Química (Reiq), o Ebitda ficou em US\$ 366 milhões,

queda de 60% - em reais, segundo o Santander, o Ebitda ajustado de R\$ 1,27 bilhão ficou 3% abaixo do esperado.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 10/05/2019

Seção: Empresas

Autor: Agências internacionais

Título: Chevron sai e Occidental compra Anadarko

A Chevron saiu da disputa pela petrolífera independente americana Anadarko e abriu caminho para que a Occidental Petroleum fechasse o negócio. Ao disputarem a Anadarko, a Chevron e a Occidental buscavam ter acesso aos cobiçados ativos localizados na Bacia de Permian, entre o oeste do Texas e do Novo México, no coração da principal região de produção de gás de xisto dos Estados Unidos.

Em comunicado, a Anadarko informou que aceitou a proposta da Occidental de US\$ 59 por ação em dinheiro, mais 0,2934 ação da compradora para cada papel da empresa comprada. "Estamos satisfeitos por termos chegado a um acordo com a Occidental que entrega um valor significativo e de curto prazo para nossos acionistas", afirmou o presidente da Anadarko, Al Walker, no comunicado.

Em 12 de abril, a Chevron fechou acordo para comprar a Anadarko por cerca de US\$ 33 bilhões. No dia 24 de abril, a Occidental apresentou oferta concorrente, de US\$ 38 bilhões. No domingo, ela elevou a parte em dinheiro da oferta.

O diretor-presidente da Chevron, Michael Wirth, afirmou em entrevista que a companhia poderia ter superado a oferta da Occidental, mas decidiu retornar a seus acionistas a multa de US\$ 1 bilhão que negociou com a Anadarko em caso de desistência do acordo. A empresa planeja aumentar o programa de recompra de ativos de US\$ 4 bilhões para US\$ 5 bilhões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 10/05/2019

Seção: Empresas

Autor: Francisco Góes e Rafael Rosas | Do Rio

Título: Vale reporta prejuízo de R\$ 6,4 bi no 1º tri

A tragédia de Brumadinho teve um impacto financeiro negativo de R\$ 19 bilhões no balanço da Vale no primeiro trimestre. O montante foi resultado de provisões de R\$ 9,3 bilhões para programas e acordos de compensação e

remediação e de R\$ 7,1 bilhões para a desativação de barragens semelhantes à de Feijão, que se rompeu em 25 de janeiro. Houve ainda uma série de despesas, incluindo sanções e doações, além de multas, que contribuíram para o desempenho negativo. A tudo isso ainda é preciso considerar o efeito de paralisações no segmento de minério de ferro. Pela primeira vez em sua história de 77 anos, a empresa registrou um lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) negativo de R\$ 2,8 bilhões no período janeiro-março.

Como consequência, a mineradora teve prejuízo de R\$ 6,4 bilhões no primeiro trimestre do ano. A Vale deixou claro que as provisões feitas correspondem à "melhor estimativa" da administração e consideram "fatos e circunstâncias" conhecidos até o momento. "Não é possível determinar todos os custos que podem ser incorridos em decorrência do evento", disse a companhia em trecho do relatório da administração.

A receita líquida de vendas totalizou R\$ 31 bilhões, 11% acima dos R\$ 28 bilhões do mesmo período do ano passado. O aumento se explica pelo fato de a Vale ter se beneficiado da alta dos preços do minério de ferro no mercado à vista da China. O preço de referência do minério com teor de 62% de ferro subiu US\$ 11,1 por tonelada no primeiro trimestre como resultado, em grande parte, de Brumadinho. De janeiro a março, o preço médio realizado pela mineradora para os finos de minério, seu principal produto, foi de US\$ 81,1 por tonelada, acréscimo de 22%.

Outro efeito de Brumadinho foi o aumento da dívida da companhia depois de diversos trimestres de queda no endividamento. A dívida líquida da Vale subiu em US\$ 2,38 bilhões entre o fim do quarto trimestre de 2018 e o fim de março, quando atingiu US\$ 12,031 bilhões. Em 31 de dezembro, a dívida líquida era de US\$ 9,6 bilhões.

A companhia informou que o crescimento da dívida foi resultado do caixa restrito e dos depósitos judiciais decorrentes da ruptura da barragem em Brumadinho. Esses depósitos somaram R\$ 3,49 bilhões, mas a companhia tem R\$ 16,5 bilhões bloqueados pela Justiça.

O presidente da Vale, Eduardo Bartolomeo, efetivado no cargo pelo conselho de administração da empresa há dez dias, afirmou, em mensagem no balanço, que está comprometido em liderar a companhia "no momento mais desafiador da sua história". "Trabalharemos incansavelmente para garantir a segurança das pessoas e das operações da empresa. Nós nunca esqueceremos Brumadinho e

não pouparemos esforços para aliviar o sofrimento e reparar as perdas das comunidades impactadas", afirmou Bartolomeo.

Hoje, o novo presidente vai conduzir duas teleconferências com investidores. O pensamento de Bartolomeo está focado nas ações de reparação e nas comunidades atingidas. É esse seu compromisso neste momento, disseram fontes próximas da companhia. Na gestão dele, a Vale irá trabalhar sobre três pilares: segurança, pessoas e reparação. A mineradora vai focar tanto na segurança de pessoas (empregados e comunidades do entorno) como na segurança dos ativos (a Vale tem cerca de US\$ 100 bilhões em ativos). A reparação envolve soluções para os danos causados em Brumadinho e região.

Em abril, a Vale criou a diretoria especial de reparação e desenvolvimento, a cargo de Marcelo Klein, que irá se reportar diretamente a Bartolomeo. Para dar suporte ao pilar de segurança, foi criado um núcleo de integridade e risco operacional, que também se vincula ao presidente-executivo e ao conselho de administração. Esse núcleo será estruturado com profissionais qualificados para atuar de forma independente. Segundo fontes, o pilar de segurança será a base de tudo. De acordo com interlocutores, Bartolomeo tem dito que espera que a Vale se transforme em uma empresa mais segura e previsível.

O novo presidente também pretende trabalhar para aproximar mais a mineração da sociedade, não somente por meio da reparação no caso de Brumadinho, mas atuando para tornar a indústria mais segura e sustentável, disseram fontes.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 10/05/2019

Seção: Empresas

Autor: Neil Hume | Financial Times, de Londres

Título: Sanções contra Irã afetam mercado de minério de ferro

As novas sanções dos Estados Unidos contra o Irã podem tirar do mercado um total adicional de 14 milhões de toneladas de minério de ferro, cuja oferta mundial já estava cambaleante depois do rompimento de uma barragem no Brasil ter obrigado a Vale, maior produtora do mundo, a reduzir a produção.

Os setores iranianos de minério de ferro, aço, alumínio e cobre, maiores fontes de exportações do país depois do petróleo, foram incluídos nas novas sanções impostas pelos americanos.

"O Irã exportou quase 14 milhões de toneladas de minério de ferro em 2018, o que representou 1% da oferta mundial de minério de ferro transportada por mar naquele ano", escreveram analistas do banco de investimento Jefferies. "Prevíamos que as exportações iranianas aumentariam para 20 milhões [de toneladas] neste ano, como resultado dos problemas de oferta da Vale. Agora, as exportações iranianas de minério de ferro deverão ficar perto de zero enquanto as sanções durarem."

Embora os compradores de minério de ferro iraniano tenham um período de 90 dias para encerrar os contratos atuais, as sanções americanas deverão espremer ainda mais a oferta da commodity disponível no mercado, o que poderia levar o preço da tonelada da principal matéria prima para produzir aço para mais de US\$ 100 pela primeira vez desde maio de 2014.

A cotação do minério de ferro, grande fonte de lucros para algumas das maiores mineradoras do mundo, como BHP Group e Rio Tinto, valorizou-se 30% desde o início do ano, na esteira dos problemas na Vale e em uma mina na Austrália, afetada por más condições climáticas. A commodity atualmente é negociada em torno US\$ 95 por tonelada.

O comércio de minério de ferro por mar gira em torno a 1,5 bilhão de toneladas por ano. Antes dos problemas, analistas previam que a oferta e demanda do mercado estariam equilibradas.

Na quarta-feira, a Vale divulgou que as vendas e a produção no primeiro trimestre ficaram abaixo das estimativas, ainda afetadas pelas consequências do rompimento da barragem em janeiro e por fortes chuvas.

A atualização dos números veio depois de um tribunal brasileiro ter comunicado à empresa que precisava suspender as operações de sua mina de Brucutu, que produz 30 milhões por ano, revertendo um veredicto anterior que lhe permitia retomar as atividades.

"A Vale agora está com 92 milhões de sua capacidade [de produção] de minério de ferro de 400 milhões de toneladas paralisada. Rio Tinto e BHP tiveram problemas operacionais neste início de ano e o potencial para uma reação da oferta de outros produtores é bastante limitado", segundo os analistas do Jefferies.

"A cadeia de abastecimento está ficando desabastecida e o estoque de minério de ferro nos portos chineses agora está caindo (queda de 15 milhões de toneladas nos últimos 30 dias e de 26 milhões de toneladas, ou 16%, nos últimos 12 meses). As sanções contra o minério de ferro iraniano jogam lenha na fogueira."

Há outros possíveis problemas para a oferta mundial no horizonte. A Anglo American, que tem ações negociadas no Reino Unido, ainda não recebeu as aprovações necessárias para expandir a barragem de rejeitos de sua mina Minas Rio, no Brasil. Se não conseguir a licença, vai ser obrigada a suspender a produção já em 2020, o que vai tirar mais 20 milhões de toneladas do mercado.

Em última medida, o impacto das sanções contra o Irã vai depender da China, maior produtora de aço e maior consumidora de minério de ferro do mundo, de acordo com analistas.

"Se a China ignorar essas sanções, o impacto será quase nulo. O Irã está cooperando com a China como parte da Iniciativa do Cinturão e da Rota [projeto de infraestrutura chinês] e isso vai fortalecer ainda mais os laços entre as nações", disse Tyler Broda, analista da RBC Capital Markets.

"As negociações comerciais [dos EUA], no entanto, provavelmente serão a principal preocupação da China, que pode não querer correr o risco do impacto em troca do que são relativamente pequenos volumes. Provavelmente vai levar algum tempo para avaliar a atividade de importação da China."

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 10/05/2019

Seção: Empresas

Autor: Juliana Machado | De São Paulo

Título: Divulgação do valor do impacto deve tranquilizar mercado

O resultado operacional da Vale no primeiro trimestre veio cerca de 3% abaixo do consenso, mas não tem potencial de afetar com tanta força as ações da mineradora, na visão Paulo Valaci, sócio da gestora de recursos Versa. Segundo ele, dentro de uma janela de até 5% abaixo do consenso, a ação pode oscilar, mas com a situação operacional já precificada. Os riscos envolvendo o rompimento da barragem em Brumadinho (MG), no fim de janeiro, são os principais pontos de atenção do balanço, mas as provisões indicadas pela mineradora "tiram boa parte da incerteza" para os papéis neste momento.

A maior expectativa em relação ao balanço do primeiro trimestre, divulgado na noite de ontem, era justamente quanto ao valor do impacto financeiro do desastre de Brumadinho que a mineradora assumiria neste momento.

Valaci afirma ainda que, considerando a taxa de geração de fluxo de caixa livre de 15% da Vale, em base recorrente, a companhia ainda está sendo negociada na bolsa com um nível de desconto elevado: considerando o múltiplo EV/Ebitda - uma razão entre valor da empresa e lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) -, a ação da Vale é

negocia a 4 vezes, contra 6 ou 7 vezes no nível histórico. "A ação está barata devido à incerteza quanto a Brumadinho e parte dessa incerteza foi removida hoje", diz Valaci.

O sócio da Versa pondera, porém, que a Vale informou que provisões para descomissionamento de barragem a montante se aplicam a uma área específica, mas que outras estruturas ainda estão sendo avaliadas conforme padrões de segurança mais restritos. Isso acende um alerta porque, no momento, é impossível prever até onde as provisões ainda poderiam chegar.

"Ainda estão estudando como deverão cumprir esses novos padrões, pois todo o sistema de segurança até então atendia os padrões antigos. Tão logo terminem esses estudos, podem surgir novas estimativas de custo", diz ele. "Mas isso não altera o cenário para a empresa, até agora."

Relatório distribuído a clientes pelo UBS na noite de ontem também destaca que o Ebitda da Vale veio abaixo do consenso, em base ajustada, excluindo custos associados a Brumadinho - cujo impacto total "ainda é incerto". O lucro operacional da empresa, no entanto, teve crescimento, sem considerar esses impactos, com o aumento do preço do minério de ferro.

"Há suporte de curto prazo [para a empresa] a partir dos preços do minério de ferro, de cerca de três meses, conforme se vislumbra uma queda das exportações do Brasil, com provável efeito de aperto na oferta da matéria-prima no mundo, em nossa visão", afirmam Andreas Bokkenheuser e Cleve Rueckert, em nota divulgada pelo UBS.

Apesar disso, o UBS nota que há riscos para a mineradora nessa frente, já que a oferta da Vale deve se normalizar a partir do segundo semestre deste ano e com o enfraquecimento da demanda que provavelmente deve ocorrer na China em 2020. A expectativa do banco para o minério de ferro é de queda da cotação para US\$ 77 em 2020, US\$ 70 para 2021 e US\$ 65 em 2022. A recomendação do banco para a ação da Vale é neutra.

Pedro Galdi, analista da Mirae Asset, disse que o mercado espera que a mineradora contabilize as perdas com Brumadinho como não operacional, por isso o Ebitda da companhia veio negativo. **(Com colaboração de Ana Paula Machado)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 10/05/2019

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Com R\$ 2 bilhões em caixa, Enauta vai priorizar compra de ativos

Com cerca de R\$ 2 bilhões em caixa, ao fim do primeiro trimestre, a Enauta (antiga Queiroz Galvão Exploração e Produção) pretende alocar seu capital, prioritariamente, na aquisição de ativos. O presidente da companhia, Lincoln Guardado, conta que a prioridade da petroleira é diversificar suas fontes de receitas e que a distribuição de dividendos, acima do mínimo obrigatório, não será uma regra.

"Não queremos fazer da distribuição de dividendos extraordinários [acima do nível obrigatório] uma política", disse o executivo, ontem, durante teleconferência com investidores.

A companhia mantém, desde 2015, uma política de dividendos que garante aos acionistas uma remuneração de R\$ 0,15 por ação, mas nos últimos dois exercícios fiscais pagou valores acima do previsto. Com o caixa fortalecido após a venda de sua participação de 10% na concessão BM-S-8 (Carcará), para a norueguesa Equinor, por US\$ 379 milhões, em 2017, a petroleira brasileira pagou, nesta semana, R\$ 500 milhões (o equivalente a R\$ 1,9 por ação), relativos ao exercício fiscal de 2018. No ano passado, a empresa já havia desembolsado R\$ 400 milhões (R\$ 1,53 por ação), relativos ao lucro de 2017.

Guardado destacou que o foco da estratégia de alocação de capital da companhia está na aquisição de ativos de produção, que possam diversificar as fontes de receitas da companhia. A Enauta também monitora, segundo o seu presidente, as oportunidades de negócios oferecidas na 6ª Rodada de partilha do pré-sal e na 16ª Rodada de concessões de blocos exploratórios.

O executivo afirma que a empresa está atenta aos ativos disponíveis no mercado, mas que as oportunidades identificadas, até o momento, ou estavam fora da capacidade financeira da petroleira (como os campos de Marlim e Tartaruga Verde, colocados à venda pela Petrobras) ou fora do perfil da petroleira (como os campos maduros em águas rasas e campos terrestres da estatal).

"[A compra de ativos em fase de produção] É uma coisa que temos em mente, mas tem sido muito difícil", disse. "Mas essa diversificação de fontes de receitas é algo que está sempre na nossa imagem. Não encontramos ainda, mas seria a primeira coisa [prioritária, dentro da estratégia de alocação de capital]", completou o executivo.

Guardado também reiterou o interesse da companhia de entrar no leilão de partilha do pré-sal, por meio de uma "participação secundária", de no máximo 20%.

"Sempre tivemos, mesmo com a venda do bloco BM-S-8, a intenção de estar no pré-sal, com uma visão de longo prazo... Estamos olhando [a 6ª Rodada de partilha] com cuidado e vendo o que é possível ser feito", disse o executivo.

A Enauta tem, atualmente, dois ativos em fase de produção: o campo de Atlanta, no pós-sal da Bacia de Santos, que produziu 12 mil barris/dia no primeiro trimestre; e o campo de gás natural de Manati, na Bacia Camamu-Almada, que produziu 3,3 milhões de metros cúbicos diários (m³ /dia).

A petroleira espera começar a produzir, no próximo mês, o terceiro poço produtor de Atlanta. Se a previsão se confirma, permitirá à companhia elevar, no terceiro trimestre, a produção do campo para cerca de 25 mil a 27 mil barris de óleo por dia.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 10/05/2019

Seção: Empresas

Autor: Ana Paula Machado | De São Paulo

Título: CSN estrutura contrato adicional com a Glencore de mais US\$ 250 milhões

A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) estrutura uma nova operação de pré-pagamento de venda de minério de ferro com a trading Glencore no valor de US\$ 250 milhões. Além disso, a siderúrgica também espera fechar um contrato de "streaming", venda antecipada de minério de ferro, em que pretende conseguir levantar outros US\$ 500 milhões.

Essas medidas, segundo o presidente executivo e do conselho de administração da companhia, Benjamin Steinbruch, vão ajudar a melhorar a estrutura de capital da empresa e reduzir a alavancagem. No primeiro trimestre, a relação dívida líquida sobre lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) foi de 4,07 vezes. A meta é fechar o ano em 3 vezes. No período, o Ebitda da companhia alcançou R\$ 1,7 bilhão, alta de 39%, muito puxado pela operação de minério de ferro, que contribuiu com R\$ 1,25 bilhão no período.

"Vamos conseguir essa performance com contrato de streaming de US\$ 500 milhões, mais um adicional com a Glencore de US\$ 250 milhões e melhora

operacional. Além de vendas de ativos. Vamos retornar às margens históricas da companhia", disse Steinbruch.

Em março, conforme antecipou o **Valor**, a companhia contratou o Citi para estruturar uma operação de streaming no mercado. A intenção era arrecadar US\$ 1 bilhão. Além disso, já havia fechado o contrato de longo prazo de minério com a Glencore, envolvendo o pré-pagamento de US\$ 500 milhões.

Outra forma de melhorar a performance durante o ano e reduzir a alavancagem, virá, segundo Steinbruch, com a venda dos ativos - uma siderúrgica de perfis - na Alemanha. "Estamos trabalhando e está perto de uma conclusão. Mas, queremos surpreender o mercado, como fizemos com os ativos nos EUA, que concluímos a negociação a US\$ 500 milhões. Trabalhamos para que se repita na Alemanha. Nossa única questão é o preço", disse o executivo. Desde o ano passado, a CSN tenta vender a usina SWT e ativos em Portugal.

Para Steinbruch, o segundo trimestre deste ano será o melhor da história para a companhia. Segundo ele, o que poderá resultar nesse desempenho, além da retomada da economia brasileira, será a redução de custos e reajustes de preços da tonelada do aço no país. Outro fator que deve contribuir para a melhora dos resultados da companhia, segundo ele, é área de mineração, que deve aumentar as vendas e ter mais alta de preço no mercado global.

"Há espaço para recuperação de preços de 10% neste segundo semestre [no mercado interno de aço] e vamos implementar esse reajuste. A recuperação da economia vai acontecer e com isso a demanda por aço deve aumentar", disse Steinbruch.

Ele disse que o próximo trimestre deverá apresentar melhores preços de minério de ferro nos contratos da empresa. Isso porque nos três primeiros meses do ano a CSN negociou a tonelada da commodity a US\$ 82 e, até o final de junho, esse valor deverá chegar mais próximo do negociado atualmente - US\$ 95 a tonelada.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 10/05/2019

Seção: Finanças

Autor: Talita Moreira, Álvaro Campos e Fabio Graner | De São Paulo e de Brasília

Título: Caixa dá a largada em oferta da Petrobras

A Petrobras registrou na Securities and Exchange Commission, a CVM dos EUA) a oferta para a venda das ações da empresa detidas pela Caixa. A operação ainda não tem data, mas a expectativa é que ocorra em junho, apurou o **Valor**.

Não está descartado que antes disso sejam vendidas na bolsa as participações da Caixa no Banco do Brasil (BB) e na Alupar. De acordo com um interlocutor, a instituição vai definir em duas semanas os sindicatos de bancos que vão coordenar essas duas ofertas.

O trâmite da oferta da Petrobras pode ser mais lento que o das outras por se tratar de uma operação com uma perna local e outra internacional - a Petrobras tem ADS listados na Bolsa de Nova York.

Na oferta da Petrobras, será colocada à venda uma fatia equivalente a 3,24% das ações ordinárias da estatal, avaliada em US\$ 1,754 bilhão com base na cotação de terça-feira. A Caixa também detém 0,8% das ações preferenciais da estatal, mas essa fatia não entra na oferta. A posição em PNs já foi de 1%, mas foi reduzida ao longo de março.

A Caixa trabalha com a expectativa de vender as participações na Petrobras, no BB e na Alupar até o fim de junho. O banco já se desfez da fatia que tinha indiretamente no IRB, por R\$ 2,52 bilhões. Juntas, as ofertas podem levantar cerca de R\$ 15 bilhões.

Também já está definido que a Caixa vai vender a fatia que tem na mineradora Paranapanema, estimada em R\$ 150 milhões. Nesse caso, não há pressa porque a companhia está em reestruturação.

As vendas desses papéis obedecem à estratégia do governo de redução de ativos mantidos pelo setor público. Na mesma direção, o Tesouro deve vender cerca de R\$ 6 bilhões em ações do IRB e debêntures da Vale. A iniciativa ajudará na redução da dívida pública.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 10/05/2019

Seção: Brasil

Autor:

Título: Curta

Consumo de combustível

O consumo de combustíveis, no Brasil, caiu 4% em março, na comparação com igual mês de 2018, para 11,254 bilhões de litros. Segundo dados da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), o mercado fechou o primeiro trimestre com alta de 1,7%. Houve queda praticamente generalizada nas vendas durante o mês de março, com exceção dos mercados de etanol e querosene de aviação (QAV). As vendas de diesel recuaram 5,6% em março, para 4,554 bilhões de litros, mas acumulam crescimento de 1,9% no ano. O consumo de gasolina intensificou sua trajetória de queda. Em março, houve uma queda de 14,1% no volume vendido, para 3,112 bilhões de litros, enquanto no primeiro trimestre o recuo foi de 9,4%. Os números mostram que a gasolina tem sido substituída pelo etanol hidratado.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 10/05/2019

Seção: Brasil

Autor: Fabio Graner, Gabriel Vasconcelos e Juliana Schincariol | De Brasília e do Rio de Janeiro

Título: Nova projeção oficial do PIB deve ampliar contingenciamento

O governo vai mais uma vez reduzir sua projeção de crescimento econômico para 2019, o que deve forçar a equipe econômica a promover novo corte de gastos. Os cálculos ainda estão sendo finalizados, mas o viés em relação aos 2,2% projetados no relatório de março é de baixa.

Nos bastidores da área econômica, o número atual de expansão do PIB está alinhado com o mercado: em torno de 1,5%.

Com menor crescimento do país, as projeções para as receitas são afetadas negativamente. O quadro é complicado para o governo, já que o corte de quase R\$ 30 bilhões do primeiro bimestre já deixou a máquina pública "no osso", com sérias dificuldades de gerenciamento sendo vislumbradas, em especial para o segundo semestre. Alguns setores têm risco de paralisia já a partir de julho, segundo interlocutores do governo. "Algumas despesas que eram vistas como intocáveis provavelmente terão que ser contingenciadas", comentou uma fonte ao **Valor**.

Os cortes do primeiro relatório fizeram um grande estrago nos orçamentos da Educação (em especial das universidades), Defesa e Infraestrutura, entre outros, considerando-se valores nominais.

O secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, confirmou que o governo deve anunciar um bloqueio adicional de gastos no relatório bimestral a ser divulgado no próximo dia 22.

Ele disse que o país está em "situação bastante específica" e requer zelo em várias perspectivas, passando por União, Estados e municípios. "O entes federados estão em dificuldade financeira, inclusive a União. Isso tem impacto sobre a receita, em particular a receita primária, que vai levar a um novo contingenciamento", disse durante participação no XXXI Fórum Nacional, promovido pelo Instituto Nacional de Altos Estudos (Inae), no Rio.

O secretário também defendeu que a situação fiscal do país tem que ser tratada como de fato é, com um déficit esperado para 2020, 2021 e 2022.

Rodrigues disse ainda que a Eletrobras é um dos ativos mais importantes que o governo trabalha hoje para privatizar e voltou a dizer que a receita primária estimada de R\$ 12,2 bilhões com a venda da empresa, que foi retirada do orçamento por causa da incerteza em torno do processo de venda da companhia, é conversadora. "É um valor subestimado, pode ser alguns bilhões a maior, dependendo do apreamento (pricing) do mercado a partir do modelo a ser divulgado mais a frente. R\$ 12,2 bilhões é um piso vai depender do formato da engenharia financeira a ser desenhado", disse.

Diante do quadro de dificuldades no crescimento econômico, a equipe econômica tem buscado alternativas para tentar dar alguma animada no nível de atividade. Mas a restrição fiscal dificulta a atuação do governo, que avalia também que o mais importante para promover o crescimento é a aprovação da reforma da Previdência, que diminuiria o grau de incerteza de investidores, empresários e consumidores, trazendo de volta o crescimento econômico, com sustentabilidade no longo prazo. A reforma, contudo, ainda está em fase inicial de tramitação, tendo passado apenas pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, com dificuldade acima do usual.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 10/05/2019

Seção: Cultura e Estilo

Autor: Maria Cristina Fernandes | De São Paulo

Título: Maria Cristina Fernandes: A resistência da base bolsonarista à regulação

Em 20 anos, a consulta pública de maior audiência da história das agências reguladoras se deu em torno do carbofurano, princípio ativo de um agrotóxico. Resíduos excessivos da substância, que afeta os neurônios e pode causar retardo mental, haviam sido detectados em amostras de alimentos e na água. Por isso, o carbofurano já havia sido proibido nos Estados Unidos, no Canadá, na China e na União Europeia.

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) recebeu 13.114 manifestações nesta consulta pública. Dessas, quase dois terços foram contrárias à proibição do agrotóxico. Menos de 10% dos participantes eram profissionais de saúde ou representantes de entidades de defesa de consumidores ou pacientes. A grande maioria era formada de pessoas que se autodeclararam "cidadãos", "consumidores" ou "outros profissionais relacionados ao tema da consulta".

Pelo teor das manifestações, no entanto, fica claro que a maioria é formada por usuários do agrotóxico - "A proposta deve ser cancelada até que tenhamos substitutos com custo/benefício comparável ao carbofurano", "as alternativas de controle para minha lavoura são poucas e muito caras", "discordo porque tem me ajudado muito na lavoura e no bolso".

As manifestações evidenciam as razões pelas quais, apesar dos desgastes enfrentados pelo inquilino do Palácio do Planalto, valores da base bolsonarista estão enraizados em setores representativos da sociedade, como o produtor agrícola.

A despeito da maioria pela liberação, a Anvisa estabeleceu um calendário de veto ao uso da substância por tipo de lavoura até a proibição definitiva em todo o território nacional a partir de abril de 2018. A proibição não foi revogada neste governo, o que demonstra a resiliência de setores da burocracia frente aos novos rumos do Executivo.

O achado é parte de pesquisa da professora Natasha Salinas do projeto "Regulação em Números", da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas, no Rio. Coordenado pelo professor Sérgio Guerra, o projeto pretende formar um banco de dados sobre as agências reguladoras, da mesma maneira que um dia o fez o pioneiro, "Supremo em Números", cujas pesquisas esquadrinharam - e inquietaram - os ministros em sua atuação na Corte.

Nem todas as resoluções sobre agrotóxicos, no entanto, cumprem o mesmo roteiro. Um ano depois, o uso do 2,4D, substância censurada pela Fiocruz e pelo antigo Ministério do Desenvolvimento Agrário, foi colocado em consulta pública. Mobilizados para fazer frente à maioria formada na consulta do carbofurano, trabalhadores rurais ultrapassaram os produtores com suas manifestações e o uso foi amplamente reprovado. Apesar da rejeição de 85% dos participantes, a Anvisa não se manifestou, o que mantém a substância liberada até que uma resolução seja editada.

A imprevisibilidade dos resultados das consultas públicas decorre, em grande parte, do grau de abertura à participação. Qualquer um pode entrar na página da agência na internet, se cadastrar e deixar sua opinião. Nem nacionalidade é

exigida. As consultas foram uma tentativa de se contrabalancear o déficit democrático das agências, cujo desenho institucional conferiu muito poder a uma burocracia não eleita. Nem todas as agências, no entanto, mapeiam o perfil das manifestações, o que deixa o instrumento, muitas vezes, suscetível à captura por lobbies.

Esta é, em parte, uma das razões pelas quais a indicação dos diretores das agências é uma das mais valiosas moedas de troca entre o Executivo e o Legislativo. Uma das cabeças coroadas do Centrão, por exemplo, o ex-deputado André Moura (PSC-SE), que foi líder do governo Michel Temer no Congresso Nacional e é réu em ações por formação de quadrilha, crime de responsabilidade e abuso de poder econômico, foi indicado para a Anvisa no apagar das luzes de 2018. O Senado não votou e agora o ministro da Saúde, Luiz Mandetta, já sugeriu que vai escolher outro nome para a vaga.

Se as indicações políticas estão travadas, o projeto de lei que dificultaria a captura política das agências também o está. O texto define como critério para a nomeação a formação acadêmica compatível com o cargo e experiência profissional na área, além da composição de uma lista tríplice a partir da qual o presidente da República pinçaria sua escolha antes de submetê-la ao aval do Senado, como hoje é feito com o procurador-geral da República. Aprovado no Senado, o projeto passou à Câmara, onde recebeu uma emenda destinada a driblar a profissionalização das agências e o veto à politização das indicações.

As consultas públicas seriam a garantia de que algum mecanismo de participação estaria resguardado em meio a um desenho institucional ainda em disputa. Ao contrário do que acontece nos Estados Unidos, no entanto, como mostraram Natasha Salinas e Fernanda Martins, num dos primeiros estudos do projeto, dedicado à ANS, cada agência adota um modelo de participação.

Como, pela legislação americana, as consultas são obrigatórias, lá realizam-se milhares por ano. No Brasil, ficam na casa da centena. Raramente uma agência promove mais do que dez por ano. Na identificação, o participante não é obrigado a informar se representa algum interesse corporativo, o que deixa em aberto a possibilidade de empresas interessadas mobilizarem audiências a seu favor.

Das dez consultas públicas de maior audiência nas 11 agências reguladoras do país, cinco aconteceram na Anvisa. Nesta e na Agência Nacional de Saúde, duas das autarquias de maior audiência, as consultas são facultativas. Em outras, como a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), é obrigatória, até porque as agências de infraestrutura também têm poder para fazer licitações, o que torna mandatória a consulta.

As agências não se entendem nem sobre a nomenclatura. Uns adotam a expressão "consulta", outras, "audiência" para se referir a mecanismos de participação que subsidiam a formulação de normas que, a julgar por aquelas de maior audiência, têm grande impacto sobre a vida dos consumidores. Das dez mais frequentadas, duas foram dedicadas a agrotóxicos, uma ao cigarro, duas à rotulagem de alimentos, duas a planos de saúde, uma ao trem-bala e duas ao sistema bancário, cheques e tarifas.

A consulta sobre os cigarros, de 2017, a segunda de maior audiência da série histórica do "Regulação em Números", versava sobre a rotulagem da propaganda de cigarro. A burocracia da Anvisa entendia que aquelas advertências com figuras cadavéricas já estariam manjadas e eram necessárias novas estratégias para desestimular o consumo.

Mais de sete mil pessoas opinaram. A maioria se identificou com 'cidadãos', mas, pelas manifestações, ficou claro que eram donos de bancas de jornal e pequenos comerciantes que reclamavam das advertências e do prejuízo causado às suas vendas. Eram, sim, favoráveis à mudança nas advertências, mas para derrubá-las e não para reforçá-las, como desejavam os formuladores da agência.

O argumento mais frequente foi o de que a Anvisa estaria interferindo no livre arbítrio das pessoas. O tom das manifestações é o mesmo que, ao longo da campanha, caracterizou a adesão do pequeno comerciante ao bolsonarismo: "Este é um produto legalizado e, portanto, não deve ser imposto a tantas restrições"; "essa proposta é uma afronta ao princípio da livre iniciativa e ao livre arbítrio".

As consultas de maior audiência são aquelas que afetam interesses pulverizados. Na do trem-bala, por exemplo, outra campeã de audiência, as 1,3 mil contribuições são atribuídas por Patrícia Sampaio, outra pesquisadora do "Regulação em Números", aos interesses de comerciantes e lideranças das cidades que seriam cortadas pelo trajeto.

Num setor como petróleo, por exemplo, cuja produção e distribuição estão nas mãos de poucas e grandes empresas, a frequência é mínima. A média de participantes nas consultas públicas da Agência Nacional de Petróleo (ANP) é de apenas quatro, vinte vezes menor do que a registrada na Agência Nacional de Saúde (ANS).

A oferta de participação popular não é proporcional ao aumento de interesse. Desde sua criação, a ANS editou 529 normas, sendo que apenas 61 (9,6%) foram submetidas a consulta pública. Quando realizadas, mais de 70% das manifestações se originaram de operadoras e prestadoras de serviços de saúde.

Os relatórios da agência compilam manifestações sem esclarecer se se originam de representantes de empresas, associações de consumidores ou entidades governamentais.

Ao longo dos quatro primeiros meses da gestão Bolsonaro, a relação do Executivo com as agências reguladoras é marcada ora pela paralisação, ora pela ingerência. As indicações de diretores pelo governo anterior não são referendadas. Por outro lado, os ministérios demonstram mais ingerência na atuação das agências, como foi o caso da nova Agência Nacional de Mineração. Depois do desastre de Brumadinho, o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, sinalizou disposição em rever as regulações da agência. Na infraestrutura, o ministro Tarcísio Freitas indicou que pretende fundir agências de transporte.

Numa das medidas provisórias deste governo (881), as agências teriam poder mitigado sobre setores que inovam, mas ganhariam, em contrapartida, mais disciplina. Nenhuma mudança seria tão definitiva, no entanto, quanto a aprovação do projeto de lei que tornaria mais transparentes as consultas públicas, uniformizaria as normas das agências e as tornaria mais responsivas às manifestações recebidas. Paralisado no Senado, não há mobilização governista para aprová-lo.

Maria Cristina Fernandes, jornalista do Valor, escreve neste espaço quinzenalmente

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 10/05/2019

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes / RIO

Título: Distribuidoras questionam parecer da ANP

Companhias alegam não ser possível afirmar que combustível no País é caro em função de margens do setor, como sugere nota do órgão

Grandes distribuidoras de combustíveis – como BR, Ipiranga e Raízen (sociedade da Shell com a Cosan) – questionam o embasamento de nota técnica da Agência Nacional do Petróleo, que sugere concentração de mercado no segmento em que atuam.

Em fevereiro, o órgão regulador divulgou duas notas técnicas sobre a distribuição de combustíveis, que analisam espaços de tempo distintos. A primeira, do dia 5 do mesmo mês, avaliava o comércio de gasolina nos anos de 2017 e 2018. Em documento, a Superintendência de Defesa da Concorrência

(SDR) do órgão conclui que os dados recolhidos eram insuficientes para "apurar eventuais indícios de infração à ordem econômica"

Quatorze dias depois, no dia 19, a ANP publicou outra nota técnica, considerando o comportamento dos preços no período de setembro a novembro de 2018, após a Petrobrás baratear o produto nas refinarias. Dessa vez, no entanto, parecer assinado por assessores da diretoria- geral do órgão, conclui que "há falta de competição no setor de distribuição". As notas foram encaminhadas ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

Diante dos dois pareceres, a Plural, que representa as distribuidoras de maior porte, argumenta que não há consenso dentro da ANP sobre uma possível concentração de mercado capaz de restringir o repasse de quedas de preços no refino aos consumidores. As distribuidoras atuam no meio do caminho, ligando a as refinarias da Petrobrás e os postos de combustíveis.

Vice-presidente de Distribuição da Raízen, Ricardo Mussa diz que não é possível afirmar que os combustíveis são caros no Brasil por causa das margens das distribuidoras. "Existem técnicas para definir a concentração de mercado. A empregada por todos os órgãos é a IHH. Por essa metodologia, a mais reconhecida o mercado brasileiro não é considerado concentrado. O principal problema do Brasil está no refino", defende.

Já o presidente da Plural, Leonardo Gadotti, reclama da "complexidade tributária" do setor de combustíveis. Para o vice- presidente da Raízen, com a venda de refinarias pela Petrobrás, a tendência é que o preço caia para o consumidor.

"Mas, obviamente, a parcela de impostos é o principal fator do preço do combustível no Brasil. O segundo é a cotação no mercado internacional", defendeu.

Resposta. A ANP, no entanto, não só divergiu das distribuidoras como informou ao Estadão/ Broadcast que pretende mudar a regulação para preparar o setor para a abertura do mercado, com a venda de refinarias da Petrobrás.

"A ANP possui evidência empírica que pode ensejar mudança do marco regulatório de distribuição de combustíveis", afirmou o órgão, por nota. Para a ANP, não é certo que somente o desinvestimento estatal garanta a competição e a queda dos preços. "Deve ser aprofundada a discussão de como trazer mais competição também no setor de distribuição para que existam benefícios concretos para os consumidores", acrescentou.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 10/05/2019****Seção: Economia****Autor: Anne Warth / BRASÍLIA****Título: CNPE aprova regras para venda de refinarias**

O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) aprovou diretrizes para a venda de ativos de refino pela Petrobrás. A resolução estabelece que as refinarias deverão ser vendidas com os gasodutos de acesso e saída. A Petrobrás não poderá manter participações minoritárias nesses empreendimentos e deverá vender refinarias potencialmente concorrentes para grupos econômicos diferentes.

A medida mostra a preocupação do governo com a possibilidade de substituição de um monopólio estatal por um privado, disse o presidente da Associação Brasileira de Grandes Consumidores de Energia (Abrace), Paulo Pedrosa. Ele elogiou o fato de que a decisão não é uma política de intervencionismo do governo.

O diretor de Abastecimento e Regulamentação da Plural, Leandro Barros Silva, disse que a medida pode ajudar a trazer novos competidores ao mercado. A entidade representa as distribuidoras de combustíveis e foi pressionada para reduzir preços no auge da greve dos caminhoneiros, em maio de 2018.

A Petrobrás detém hoje 99% do mercado e 13 refinarias. No mês passado, a empresa anunciou planos de vender oito refinarias e manter apenas as unidades de São Paulo e Rio. Procurada, a Petrobrás não comentou a decisão.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 10/05/2019****Seção: Economia****Autor: Cristian Favaro Fernando Nakagawa****Título: Após tragédia de Brumadinho, Vale tem prejuízo de R\$ 6,4 bi no trimestre**

No vermelho. Segundo empresa, impacto com o rompimento da barragem em Minas Gerais, que resultou em 237 mortes, foi de R\$ 17,3 bilhões nos primeiros três meses do ano; mineradora reportou no período o primeiro prejuízo operacional de sua história

A mineradora Vale teve prejuízo líquido de R\$ 6,4 bilhões no primeiro trimestre deste ano, revertendo o lucro de R\$ 5,1 bilhões na comparação anual. No trimestre imediatamente anterior, a empresa havia reportado lucro de R\$ 14,5

bilhões. Segundo a companhia, o resultado deveu-se sobretudo aos eventos relacionados à barragem de Brumadinho. A tragédia na cidade mineira levou a empresa a apresentar o seu primeiro resultado operacional medido por lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) negativo na história, de R\$ 2,8 bilhões no trimestre.

Esse indicador é utilizado por analistas de mercado para entender quanto a empresa está gerando com suas atividades operacionais, sem contar operações financeiras – e entender se a atividade a sustenta ou não. O rompimento da barragem da mina de ferro Córrego do Feijão, com capacidade para armazenar mais de 12 milhões de metros cúbicos de rejeitos, liberou uma onda de lama que atingiu instalações da empresa, mata, comunidades e rios da região. Foram confirmados, até o momento 237 vítimas fatais, enquanto 33 pessoas permanecem desaparecidas. Detalhamento. No balanço, a empresa explicou que o impacto financeiro da ruptura da barragem de Brumadinho no Ebitda do trimestre foi de R\$ 17,3 bilhões devido às "provisões para os programas e acordos de compensação/remediação (R\$ 9,3 bilhões); provisão para descomissionamento ou descaracterização de barragens de rejeito (R\$ 7,1 bilhões); despesas incorridas diretamente relacionadas a Brumadinho (R\$ 392 milhões); volumes perdidos (R\$ 1,1 bilhão); despesas de parada (R\$ 605 milhões); outros (R\$ 469 milhões)".

Os gastos mencionados ocorreram só no primeiro trimestre e a companhia diz que não é possível avaliar futuros desembolsos. "No estágio atual das investigações, apurações das causas e possíveis ações de terceiros contra a Vale, não é possível determinar todos os custos que podem ser incorridos em decorrência do evento", afirma a empresa no balanço. "Portanto, os valores divulgados no resultado do trimestre levam em consideração a melhor estimativa da administração e consideram os fatos e as circunstâncias conhecidos até momento". Contrariando expectativas. O prejuízo da mineradora, a maior produtora de ferro do mundo, veio na contramão do que os analistas consultados pelo Estadão/Broadcast esperavam.

A expectativa das sete casas consultadas apontava para lucro líquido de US\$ 1,8 bilhão no primeiro trimestre. Vale destacar, entretanto, que diante das incertezas em calcular os resultados, as casas não consideraram provisões relacionadas ao rompimento da barragem de Brumadinho. Já os investimentos de US\$ 611 milhões representaram queda de 31,3% em relação ao mesmo período do ano passado. Comparado ao quarto trimestre de 2018, a retração foi de quase 60%. A maior parte dos recursos que saíram do caixa foram para manutenção de operações já existentes.

Após analisar o balanço, a auditoria PricewaterhouseCoopers disse que, apesar de a mineradora ter feito provisão bilionária para a tragédia, os valores

"deverão ser revistos e poderão vir a ser ajustados de forma significativa". A auditoria reconhece que os valores incluídos no balanço foram calculados com base "nas melhores estimativas e premissas". Mas diz que "em decorrência da natureza e das incertezas inerentes a esse tipo de evento, os valores reconhecidos e/ou divulgados deverão ser revistos."

Segundo a empresa, para evitar novamente tragédias como a de Brumadinho, serão investidos US\$ 2,5 bilhões, em cinco anos, na ampliação de tecnologia de processamento de minério que dispensa as barragens de rejeitos. O método, conhecido como de processamento a seco, por não usar água, deve ser aplicado em 70% da produção até 2023, contra 60% atualmente./ COM REUTERS

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 10/05/2019

Seção: Economia

Autor:

Título: Sem retomada, siderúrgicas patinam

As principais siderúrgicas do País, Usiminas, CSN e Gerdau, mostraram, em seus resultados do primeiro trimestre, que a recuperação da economia ainda não aconteceu. De forma geral, os números refletiram o enfraquecimento do mercado interno. Frustração para especialistas e entidades do setor que, no fim de 2018, esperavam forte avanço. Mesmo assim, o tom ainda é de otimismo. Ontem, o presidente da CSN, Benjamin Steinbruch, disse que o trimestre ficou no zero a zero. "Não houve melhora de mercado, mas não houve piora", disse. "A recuperação econômica ainda não veio, mas qualquer melhora vai ser imediata."

Gustavo Werneck, presidente da Gerdau, afirmou esta semana que o desempenho da companhia ficou "abaixo do esperado". No entanto, a expectativa é por uma reação de setores como construção civil e indústria, a partir do segundo semestre, sobretudo com o desenrolar da reforma da Previdência. Já o presidente da Usiminas, Sergio Leite de Andrade, afirmou que, caso a economia brasileira continue lenta, a empresa poderá rever seus planos. "Se o Brasil continuar crescendo 1% ao ano, iremos rever investimentos para 2020, 2021... Mas trabalhamos com a expectativa de crescimento de 2,5% neste ano", disse. Com o empresariado pisando no freio, a produção de aço bruto brasileira somou 8,39 milhões de toneladas entre janeiro e março, queda de 2,8% frente ao ano anterior, conforme o Instituto Aço Brasil./ C.F.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 10/05/2019****Seção: Metrópole****Autor: André Borges / BRASÍLIA****Título: Governo fará revisão geral das 334 áreas de proteção ambiental no País**

Ambiente. Ministro Ricardo Salles afirmou ao Estado que parte dessas unidades "foi criada sem nenhum critério"; não se descarta alterar categorias de cada região, transformando áreas restritas em locais abertos a práticas como o turismo e o extrativismo

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) vai fazer uma revisão geral das 334 unidades de conservação no Brasil, atualmente administradas pelo Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio). Um grupo de estudo está sendo montado dentro do MMA para fazer esse trabalho. O ministro Ricardo Salles afirmou ao Estado que parte dessas unidades "foi criada sem nenhum tipo de critério técnico" e destacou que seu objetivo é fazer "um trabalho de revisão preciso na lei que nunca foi feito". As 334 áreas protegidas equivalem a 9,1% do território nacional e a 24,4% da faixa marinha do País.

Essas unidades estão distribuídas em 12 categorias diferentes, sendo cinco delas de proteção integral e, portanto, com regras rígidas de acesso e utilização, e sete de uso sustentável, que permite diversos níveis de exploração. O Estado apurou que o MMA não descarta alterar as categorias ambientais de cada região, transformando áreas hoje restritas em locais abertos a práticas como turismo e extrativismo. Em alguns casos, o governo avalia levar adiante a revogação de unidades de conservação, mas isso só pode ser feito por meio de medida provisória ou projeto de lei. Na prática, cada mudança teria de passar pelo crivo do Congresso.

O ministro Ricardo Salles disse que o MMA vai colocar tudo na mesa para que seja reavaliado. "Vamos criar um grupo de trabalho para analisar o processo de criação e categorização de todas as unidades de conservação federais", declarou. O ministro destacou que, de 2006 para cá, quase 190 unidades de conservação teriam sido criadas pelos governos petistas "sem nenhum tipo de critério técnico". A consequência, afirmou Salles, é que hoje elas "acumulam passivos de indenização e conflitos fundiários". "Vamos acabar com isso." Na quarta-feira, o presidente Jair Bolsonaro reforçou sua intenção de revogar o decreto que criou a Estação Ecológica de Tamoios, onde foi multado pelo Ibama por pesca ilegal, em 2012. O presidente disse que pretende transformar o local em uma "Cancún brasileira".

Estação Ecológica é um dos tipos de florestas protegidas que não podem ser exploradas comercialmente. No caso da unidade de Tamoios, em Angra, a área está protegida desde 1990, por decreto do ex-presidente José Sarney. Em janeiro, o Ibama anulou a decisão que multava Bolsonaro em R\$ 10 mil, pelo flagrante de pesca irregular no litoral fluminense. Em março, o servidor do Ibama que aplicou a multa foi exonerado do cargo que ocupava. "A Estação Ecológica de Tamoios (em Angra) não preserva absolutamente nada e faz com que uma área rica, que pode trazer bilhões (de reais) por ano para o turismo, fique parada por falta de uma visão mais objetiva, mais progressista disso daí", disse o presidente anteontem.

Ricardo Salles também tem mobilizado o Ministério do Meio Ambiente para rever decretos de unidades de conservação. O ministro antecipou que sua ideia é que as primeiras alterações de áreas e categorias sejam feitas no segundo semestre deste ano. Em março, Salles determinou ao ICMBio que avalie a possibilidade de cancelar o decreto do Parque Nacional dos Campos Gerais, no Paraná. A unidade de 21.298 hectares foi criada em 2006, durante a gestão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O ministério analisa pedidos da bancada do agronegócio para abrir a área. O MMA já atuou diretamente para que o Ibama revisse um parecer técnico feito pelo próprio órgão, com o propósito de autorizar o leilão de campos de petróleo localizados na área do Parque Nacional de Abrolhos, santuário ecológico localizado no litoral da Bahia.

Conforme documentos oficiais do MMA revelados pelo Estado, o presidente do Ibama foi procurado pelo ministério, para que revisasse a decisão técnica do órgão, por causa da "relevância estratégica do tema". O presidente do órgão, Eduardo Fortunato Bim, atendeu ao pleito do ministério, liberando o leilão. Parque nacional. No mês passado, Salles esteve com produtores no Parque Nacional Lagoa do Peixe, no Rio Grande do Sul, com o mesmo compromisso de rever o decreto desta unidade. No encontro, o ministro determinou a abertura de processo administrativo disciplinar contra funcionários do ICMBio, após cobrar a presença deles no evento.

Eles justificaram que não foram convidados. O episódio levou ao pedido de demissão do então presidente do ICMBio, seguido por outros três pedidos de exoneração conjunta de diretores do órgão. Após o episódio, o diretor do parque nacional foi exonerado pelo ministro. Para recompor o órgão, o ministro optou por nomear policiais militares para cargos de diretoria.

BOLSONARO

"Quem sabe o que podemos conseguir naquela região."

Jair Bolsonaro

PRESIDENTE, EM LIVE ONTEM EM QUE DEFENDEU AMPLIAR A EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS DO PAÍS. ELE DESTACOU PESQUISA SOBRE USO DA PELE DE TILÁPIAS EM TRATAMENTO DE QUEIMADURAS PARA REALÇAR O QUE PODE VIR DA REGIÃO AMAZÔNICA

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 10/05/2019

Seção: Economia

Autor: IDIANA TOMAZELLI e VINICIUS NEDER/BRASÍLIA E RIO

Título: Previsão de PIB menor faz governo admitir novo corte no Orçamento

Ainda não há valor definido para a nova tesourada; em março foi anunciado um bloqueio de R\$ 30 bi

A revisão nas projeções de crescimento do País acendeu alerta na equipe econômica e deve resultar em novo corte no Orçamento deste ano, admitiu o secretário especial da Fazenda, Waldery Rodrigues Junior. A nova estimativa do governo para a alta no PIB este ano deve ficar entre 1,5% e 2%, segundo apurou o Estadão/Broadcast, o que resultará na redução da previsão de receitas para a União.

O governo já tinha anunciado em março o bloqueio de quase R\$ 30 bilhões de um total de R\$ 129 bilhões em despesas não obrigatórias, que podem ser destinadas para investimentos e custeio da máquina pública. Os ministérios calculavam que teriam dificuldades para tocar suas atividades a partir de agosto. Agora, podem se ver sem recursos até antes disso.

Ainda não há valor fechado para o novo corte, já que a equipe ainda se debruça sobre os números e as novas projeções macroeconômicas. O valor será anunciado em 22 de maio. Mas, para uma fonte da área econômica, o País caminha para testar um "shutdown" na máquina pública. O apagão deste ano pode ser até pior que o verificado em meados de 2017, quando houve impacto sobre emissão de passaportes e ameaça ao funcionamento de agências do INSS e às operações da Polícia Rodoviária Federal.

Somente com o bloqueio anunciado em março, universidades federais, bolsas de pesquisa, funcionamento de museus e pagamentos do Minha Casa Minha Vida já sofreram as consequências da restrição fiscal. Faltam recursos para realização do Censo Demográfico 2020, que precisará ser mais enxuto.

Margens. Em governos anteriores, houve cortes até maiores em valores absolutos, mas a margem para as despesas com custeio e investimentos também era mais ampla. Com o crescimento acelerado de despesas obrigatórias como benefícios do INSS e salários de servidores públicos nos últimos anos, a

equipe econômica tem tido um espaço cada vez menor para acomodar as demais despesas. Por isso, qualquer recurso a menos agora pode afetar o funcionamento da máquina pública.

Técnicos tentam identificar receitas extraordinárias que possam amenizar o quadro, mas, no curto prazo, há pouca margem de manobra. Hoje a projeção do governo para o crescimento do PIB está em 2,2%, mas o mercado já espera um crescimento bem mais tímido, de 1,49%, segundo o último Boletim Focus. É por isso que agora a área econômica deve rever a sua estimativa.

O preço do petróleo melhorou, o que eleva a receita com royalties e pode ajudar na reavaliação das receitas. Esse alívio, no entanto, não deve evitar a nova tesourada. O governo espera contar com ao menos R\$ 12 bilhões da privatização da Eletrobrás e com as receitas do megaleilão de petróleo do pré-sal. Mas depende de uma sinalização de outros órgãos para incluir no Orçamento.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 10/05/2019

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Governo impõe regras para a venda de refinarias da Petrobras

Rio de Janeiro - O governo decidiu impor à Petrobras regras para a venda de refinarias, sob o argumento de que é preciso promover a concorrência na produção de combustíveis no país.

A estatal pretende se desfazer de metade de sua capacidade de refino.

Segundo resolução aprovada nesta quinta-feira (9) pelo CNPE (Conselho Nacional de Política Energética), a Petrobras não poderá vender refinarias potencialmente concorrentes para o mesmo grupo econômico.

O texto diz ainda que o CNPE "considera importante" que a Petrobras venda também infraestrutura de abastecimento das refinarias. Esse segmento, diz a resolução, deve ser desverticalizado.

A venda das refinarias é parte de um esforço do projeto do governo Jair Bolsonaro (PSL) para reduzir o monopólio estatal no setor.

Com capacidade para refinar 2,2 milhões de barris de petróleo por dia, a Petrobras detém 98% do parque nacional de refino.

No fim de abril, a estatal anunciou planos para vender oito de suas 13 refinarias.

A empresa quer permanecer apenas com as quatro unidades em São Paulo e com a Refinaria Duque de Caxias, no Rio. Aquelas localizadas em outros estados serão oferecidas ao mercado.

A preocupação do governo é que uma mesma empresa compre duas refinarias que disputem mercados próximos, como as unidades do Rio Grande do Sul e do Paraná. Também estão à venda refinarias em Pernambuco, Bahia e Manaus, além da fábrica de lubrificantes do Ceará.

"A resolução estabelece que é de interesse nacional que as refinarias potencialmente concorrentes sejam alienadas para grupos econômicos distintos e que em nenhum caso seja mantida participação societária do vendedor nesses empreendimentos", diz o CNPE.

A Petrobras ainda não divulgou o modelo de venda das refinarias.

A Folha apurou que a restrição à compra de duas unidades próximas por uma mesma empresa já estava em estudo dentro da estatal.

Com relação à infraestrutura de abastecimento, que compreende terminais e dutos, a empresa analisava duas opções: a venda de pacotes incluindo cada refinaria e a própria infraestrutura, ou a venda separada dos ativos para diferentes empresas.

Segundo anota divulgada nesta quinta, o CNPE prefere a segunda opção. Nesse caso, empresas especializadas na operação de terminais e dutos cobrariam tarifa para transportar petróleo e derivados para o dono das refinarias.

Refinarias dependem dessa infraestrutura para receber o petróleo que será refinado e, depois, escoar a produção para o mercado.

O governo federal defende que a competição na produção de combustíveis pode garantir ao consumidor "condições adequadas de preço e qualidade".

Já a Petrobras diz que a venda das refinarias garante recursos para investir no pré-sal e reduz o risco de ingerência política.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 10/05/2019

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Vale estima em balanço perdas de R\$ 19 bi com tragédia de Brumadinho

Provisões e despesas após rompimento de barragem levam empresa a prejuízo de R\$ 6,4 bi no 1º tri

Rio de Janeiro - Em seu balanço do primeiro trimestre de 2019, a Vale projetou perdas de R\$ 19 bilhões com o rompimento da barragem da mina Córrego do Feijão, em Brumadinho (MG).

A mineradora fechou o período com prejuízo de R\$ 6,4 bilhões, ante lucro de R\$ 5,1 bilhões no mesmo período do ano anterior.

A tragédia ocorreu no dia 25 de janeiro, deixando um rastro de destruição na região e levando a aumento nas restrições para a operação de barragens de rejeito de minério no país. Até o momento, as autoridades contabilizam 237 mortos e 33 desaparecidos.

No balanço, a Vale provisionou R\$ 9,3 bilhões para acordos de compensação das vítimas e remediação das áreas atingidas e R\$ 7,1 bilhões para a descaracterização de barragens, além de contabilizar despesas de R\$ 2,5 bilhões com os trabalhos no município, perdas de volumes e suspensão de operações, entre outros.

A empresa ressaltou no balanço, porém, que no estágio atual das investigações não é possível determinar exatamente qual será o custo total com reparações, compensações e possíveis ações judiciais relacionadas à tragédia.

"Os valores divulgados no resultado do trimestre levam em consideração a melhor estimativa da administração e consideram os fatos e circunstâncias conhecidos até o momento", disse a Vale, em comunicado ao mercado.

Os impactos financeiros da ruptura da barragem levaram a empresa a fechar um trimestre com Ebitda (indicador que mede a capacidade de geração de caixa) negativo pela primeira vez em sua história. No primeiro trimestre, o indicador foi negativo em R\$ 2,8 bilhões.

Com a necessidade de captar recursos após bloqueios judiciais de seu caixa após a tragédia, a dívida bruta da companhia subiu 10%, para US\$ 17 bilhões (cerca de R\$ 67 bilhões, pela cotação atual).

O resultado do trimestre também foi afetado por cortes na produção após o acidente, que levou autoridades a determinar o fechamento de minas com barragens semelhantes à que se rompeu em Brumadinho. A produção de minério de ferro caiu 30%, e a de pelotas, 20%.

A mineradora teve receita de R\$30,9 bilhões no trimestre, 11% a mais do que no mesmo período de 2018, mas queda de 17% em relação ao trimestre anterior.

"Nós nunca esqueceremos Brumadinho e não pouparemos esforços para aliviar o sofrimento e reparar as perdas das comunidades impactadas", escreveu o presidente da companhia, Eduardo Bartolomeo, que substituiu Fabio Schvartsman, afastado no início de março a pedido da força-tarefa que investiga o caso.

A companhia alega que a estrutura tinha os certificados de estabilidade requeridos pela legislação e decidiu questionar judicialmente a empresa responsável pelos documentos, a Tüv Süd, após funcionários da empresa alemã afirmarem em depoimento à polícia que foram pressionados a atestar a barragem.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 10/05/2019

Seção: Mercado

Autor:

Título: Governo espera arrecadar mais com ações da Eletrobras

Rio de Janeiro - O governo decidiu rever a proposta de privatização da Eletrobras, em processo que pode representar aumento da arrecadação com a venda de ações da estatal, informou nesta quinta (9) o secretário especial da Fazenda, Waldery Rodrigues Júnior.

Segundo ele, a expectativa é que o valor fique "alguns bilhões" superior aos R\$ 12,2 bilhões estimados pelo governo Michel Temer. "Acreditamos que essa previsão está subestimada."

Em maio, o Ministério da Economia excluiu da previsão de receitas para 2018 os R\$ 12,2 bilhões com a privatização da estatal. Segundo Rodrigues Júnior, a decisão foi tomada porque não havia garantias de que a operação seria concluída neste ano. NP

VEÍCULO: O Globo

Data: 10/05/2019

Seção: Economia

Autor: Rennan Setti

Título: Partilha do fundo do pré-sal com estados ficará para 2020

Secretário de Fazenda diz que fragilidade fiscal da União não permite repasse no curto prazo dos 70% previstos por Paulo Guedes

A partilha com estados e municípios dos recursos do Fundo Social do Pré-Sal, anunciada pelo governo, ficará para o ano que vem. Segundo o secretário de Fazenda, Waldery Rodrigues Júnior, a fragilidade fiscal da União não permite que se dividam os R\$ 16,9 bilhões depositados hoje no fundo. No curto prazo, a fatia que ficará com estados e municípios será menor que os 70% previstos pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, em março.

O Fundo Social do Pré-Sal foi criado em 2010. Hoje, 100% dos recursos ficam com a União e devem ser investidos em saúde e educação. A expectativa do governo é que o fundo receba mais de US\$ 1 trilhão ao longo de 35 anos.

— Eu não consigo usar este ano os recursos com os estados. Deve ficar para o ano que vem. O número de 70% se refere a uma trajetória desejada ao longo do tempo. No curtíssimo prazo, dada a fragilidade fiscal da União, a situação não nos permite ter um repasse elevado aos estados. O que estamos fazendo é dialogar com o Congresso sobre isso, já que precisamos de autorização dele — disse o secretário ontem, no 31º Fórum Nacional.

Rodrigues Júnior não informou quanto, afinal, deve ser repartido com os estados e municípios. Mas disse que um valor de referência pode ser o que historicamente foi recebido pelos estados a título de compensação pela Lei Kandir e pelo Fundo de Auxílio Financeiro para Fomento das Exportações (FEX), que soma cerca de R\$ 4 bilhões. Como a Lei Kandir prevê isenção de ICMS sobre produtos exportados, ela determina que os estados sejam compensados pela perda de arrecadação.

R\$ 500 BI COM PREVIDÊNCIA

Hoje, o saldo do Fundo Social é de R\$ 16,9 bilhões, mas o montante deve crescer com o acréscimo de parte dos recursos do leilão da cessão onerosa e com os R\$ 8,5 bilhões previstos em bônus de assinatura dos leilões de concessão e partilha para exploração de petróleo previstos este ano.

O secretário de Previdência, Rogério Marinho, que também participou do Fórum, afirmou que o impacto da reforma da Previdência sobre estados e municípios supera os R\$ 500 bilhões ao longo de dez anos "em um cálculo conservador". O valor, porém, não está contabilizado no R\$ 1,23 trilhão que a União prevê economizar em uma década. Mesmo assim, ele defendeu que estados e municípios continuem dentro da proposta de reforma, apesar da pressão contrária de integrantes do centrão no Congresso. Segundo Marinho, "o governo federal está fazendo sua parte, é importante que haja adesão do conjunto de governadores"..

— A vida acontece no município. O Brasil tem um pacto federativo. Se as coisas não estão boas nos estados e municípios, isso pressiona o governo federal. Agora, há uma necessidade de engajamento efetivo dos governadores, porque há um custo político desse protagonismo e ele precisa ser pago por aqueles que entendem que têm responsabilidade.

VEÍCULO: O Globo

Data: 10/05/2019

Seção: Economia

Autor: GLAUCE CAVALCANTI

Título: Com Brumadinho, Vale tem prejuízo de R\$ 6,4 bi

Nos três primeiros meses do ano, mineradora registra geração de caixa negativa pela primeira vez em sua história com impacto financeiro de R\$ 19 bi provocado por rompimento de barragem em MG. Provisões chegam a R\$ 17 bi

No primeiro trimestre de 2019 — período em que ocorreu o rompimento da barragem de Brumadinho (MG), que deixou 270 vítimas, entre mortos e desaparecidos — a Vale registrou um prejuízo líquido de R\$ 6,4 bilhões, conforme informou ontem a companhia. O resultado contrastou com o lucro de R\$ 5,1 bilhões apurado nos três primeiros meses do ano passado e o ganho de R\$ 14,5 bilhões no quarto trimestre de 2018.

O impacto financeiro do desastre no Córrego do Feijão, que ocorreu em janeiro, na geração de caixa foi de R\$ 19 bilhões. Consequência dos custos de programas e acordos de compensação e remediação pelo desastre; para o descomissionamento de barragens de rejeitos com sistema de alteamento a montante; despesas geradas diretamente por Brumadinho; volumes de produção perdidos; despesas pela suspensão das operações e outros, informou a Vale.

Com isso, a empresa teve, pela primeira vez, indicador negativo de geração de caixa (Ebitda), de R\$ 2,8 bilhões, no primeiro trimestre.

A Vale precisou fazer um provisionamento no valor de R\$ 17,1 bilhões para fazer frente aos custos da tragédia, embora a companhia tenha ressaltado que é difícil precisar esse montante. Deste total, R\$ 7,1 bilhões serão usados no descomissionamento de barragens do sistema de alteamento a montante, o mesmo usado na de Brumadinho. Outra grande fatia dessa provisão, de R\$ 6,8 bilhões, é relativa ao acordo assinado entre a Vale e a Defensoria Pública de Minas, para indenização de afetados pelo desastre.

"Nunca esqueceremos Brumadinho e não pouparemos esforços para aliviar o sofrimento e reparar as perdas das comunidades impactadas", afirmou o novo presidente da empresa, Eduardo Bartolomeo, no comunicado.

A dívida líquida subiu para US\$ 12,03 bilhões, ante US\$ 9,65 bilhões no fim de 2018. Anteontem, a Vale anunciou queda de 20% nas vendas do primeiro trimestre, ante igual período de 2018.

VEÍCULO: O Globo

Data: 10/05/2019

Seção: Economia

Autor: MARCELLO CORRÊA

Título: União define regras para venda de refinarias da Petrobras

Objetivo é aumentar a concorrência no setor e reduzir preço de combustível

BRASÍLIA E RIO- O governo definiu ontem as regras para nortear o processo de venda de refinarias pela Petrobras, uma forma de aumentar a concorrência no setor e reduzir preços de combustíveis. Segundo uma resolução aprovada pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), a estatal deverá, ao se desfazer das unidades, dar preferência a grupos econômicos que sejam desverticalizados no mercado — ou seja, que não atuem em todos os segmentos do setor de petróleo.

Na véspera, em entrevista para comentar os resultados da Petrobras no primeiro trimestre, o presidente da estatal, Roberto Castello Branco, afirmou que a empresa quer vender as refinarias "sem criar monopólios regionais". Ontem, a Petrobras não comentou a decisão do CNPE.

O teor das decisões havia sido antecipado pelo secretário-executivo do Ministério da Economia, Marcelo Guaranys, após a reunião do CNPE, na manhã de ontem. O secretário havia informado que a ideia era que, no processo de privatização, houvesse uma "boa consideração" para garantir a concorrência. A desverticalização deve ser considerada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) na hora de aprovar as operações, segundo fontes.

Serão colocadas à venda as refinarias Abreu e Lima, Landulpho Alves (Rlam), Gabriel Passos (Regap), Presidente Getúlio Vargas (Repar), Isaac Sabbá (Reman), Alberto Pasqualini (Refap), a Unidade de Industrialização do Xisto e a unidade Lubrificantes e Derivados de Petróleo do Nordeste.

ENTRADA DE NOVOS AGENTES

O Ministério de Minas e Energia (MME) classificou a decisão como "histórica". A resolução considera de interesse nacional que a empresa leve em conta o estímulo à concorrência. Em abril, a Petrobras informou que venderia 50% de suas refinarias. Hoje, a estatal tem, na prática, monopólio do setor de refino, concentrando 98% das operações no país.

"A Resolução do CNPE é um marco na política energética nacional e tem como objetivo estimular a entrada de novos agentes econômicos no setor de refino com a atração de investimentos no segmento. Há expectativa de aumento da competitividade no fornecimento primário de combustíveis e demais derivados de petróleo, garantindo um mercado capaz de atender o consumidor brasileiro em condições adequadas de preço e qualidade", disse o MME, em nota.

Colaborou Ramona Ordonez

VEÍCULO: O Globo

Data: 10/05/2019

Seção: Economia

Autor: ANA CLARA VELOSO

Título: Gasolina atinge R\$ 4,99 no Rio, a mais cara do país

Levantamento da ANP no estado registrou alta de 3% do combustível nos postos em apenas um mês

O preço da gasolina nos postos de combustíveis do Estado do Rio subiu 3% em apenas quatro semanas e chegou a R\$ 4,99, o mais alto do país. É o que mostra o último levantamento nas bombas feito pela Agência Nacional de Petróleo (ANP), entre os dias 28 de abril e 4 de maio. Em seguida no ranking, ficaram Acre e Piauí.

A explicação está nos impostos que incidem sobre o combustível no Rio, principalmente o ICMS, que respondem por cerca de 45% do preço ao consumidor, diz o professor do MBA de Finanças do Ibmecc-RJ Filipe Pires:

— O Rio tem o ICMS mais alto do país, 34%. Em São Paulo, é 25%. O Rio só costuma ser ultrapassado no ranking do preço final pelos estados cuja distância dos parques distribuidores e refinarias é muito grande, e para os quais o transporte fica muito caro, como o Acre. Nos últimos quatro a seis meses, porém, o Rio tem ficado na primeira posição.

Entre os municípios fluminenses, Angra dos Reis apresentou o preço médio mais alto: R\$ 5,26. A gasolina mais barata é a de São João de Meriti: R\$ 4,73. Na capital, a média ultrapassou a marca de R\$ 5 em dois centavos.

Para diminuir o peso no bolso, a bancária Kelly Ferreira, de 34 anos, há cerca de um ano, alterna os combustíveis que usa, gasolina e GNV, e só sai de carro em situações de urgência ou em alguns passeios:

— Passei a andar bem mais de ônibus e Uber para economizar, tanto no dia a dia quanto nos fins de semana.

VEÍCULO: O Globo

Data: 10/05/2019

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Será que a Valero confia em Bolsonaro?

O Conselho Nacional de Política Energética deu mais um passo, ontem, para a promoção da livre concorrência na atividade de refino no país. A Petrobras, como se sabe, pretende se desfazer de 8 de suas 13 refinarias. Mas o consultor Adriano Pires, embora defenda a abertura, é cético sobre o interesse da turma do refino lá fora em comprar refinarias no Brasil.

—Desde 1997, nada impede alguém a fundar uma refinaria no país. Só que ninguém faz isso porque a tradição aqui sempre foi o governo interferir nos preços do combustível, como fez recentemente Bolsonaro em relação ao diesel.

Segue...

Pires diz que não faltam interessados em refino. Nos EUA, há 162 refinarias e grupos como a Valero Energy, com capacidade de refinar 3,3 milhões de barris/dia (aqui, a Petrobras refina 2,4 milhões). No governo FH, a espanhola Repsol comprou 30% da gaúcha Alberto Pasqualini, mas, após prejuízos com a política de preços, devolveu sua parte à Petrobras.

VEÍCULO: O Globo

Data: 10/05/2019

Seção: Economia

Autor: MANOEL VENTURA

Título: Plano para baratear gás prevê fim de monopólios

Estratégia para concretizar "choque de energia barata" defendida por Paulo Guedes inclui incentivos à saída da Petrobras do setor e à privatização de distribuidoras estaduais. Governo espera que medidas afetem o valor do botijão e da energia elétrica

BRASÍLIA- O governo vai anunciar em breve um plano para reduzir o custo do gás de cozinha e industrial. O objetivo é dar mais eficiência ao setor, no que o

ministro da Economia, Paulo Guedes, tem chamado de "choque de energiabarata".. Entre as ações estão o estímulo à privatização de companhias estaduais de gás, a saída da Petrobras do setor e mudanças regulatórias.

Chamado de "Novo Mercado de Gás", o programa propõe a saída da Petrobras de empresas de transporte e distribuição de gás, seguida por uma nova regulamentação para acabar com o monopólio estadual na distribuição. As novas regras incentivariam estados que têm distribuidoras locais a permitir o acesso de terceiros aos gasodutos, eliminando as restrições atuais. Como ocorre no setor elétrico, o governo quer estimular a figura do consumidor livre de gás, permitindo que grandes empresas decidam de quem comprar.

A Constituição dá aos estados o monopólio da distribuição de gás. Governos estaduais controlam atualmente a maioria das 26 distribuidoras do país, tendo, na maioria delas, a Petrobras como sócia.

PLANO BUSCA COMPETIÇÃO

Técnicos ressaltam que a decisão de vender essas participações será da estatal:

— O governo não vai obrigar a Petrobras a fazer absolutamente nada — frisou um integrante da equipe econômica.

O programa está sendo desenhado pelos ministérios da Economia e de **Minas e energia**. A avaliação é que a quebra do monopólio deve atrair novos investidores para o mercado e facilitar a ampliação da rede de gasodutos, considerada pequena para o tamanho do país. Com mais concorrentes, o governo acredita que o preço do gás tenderá a cair.

A indústria brasileira paga cerca de US\$ 13 pelo metro cúbico de gás, segundo dados do Ministério de Minas e energia. Nos EUA, por exemplo, o produto custa pouco mais de US\$ 3. Na Europa, US\$ 7. A expectativa do governo é que as medidas também afetem o gás de cozinha e a energia elétrica, já que há usinas térmicas movidas a gás natural.

Para convencer os estados a entrarem no programa, e vender as estatais estaduais de gás, o governo vai incluir condicionantes em duas propostas de interesse dos governadores que enfrentam crises financeiras. Uma delas é a concessão de garantias do Tesouro para empréstimos bancários de até R\$ 10 bilhões. Em troca, os estados terão de fazer ajuste fiscal e modernizar a regulação local do setor de gás, além de privatizar as distribuidoras estaduais. A ideia é ter um dispositivo nesse sentido no projeto de lei pelo qual a União pretende dividir com estados e municípios recursos arrecadados com o petróleo.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data:** 10/05/2019**Seção:** Economia**Autor:****Título:** Vale: prejuízo de US\$ 1,6 bi

A Vale teve prejuízo líquido de US\$ 1,642 bilhão no primeiro trimestre deste ano, revertendo o lucro de US\$ 1,590 bilhão na comparação anual. No trimestre imediatamente anterior, a empresa havia reportado lucro de US\$ 3,786 bilhões. Segundo a companhia, o resultado deveu-se, sobretudo, aos eventos relacionados à barragem de Brumadinho, como provisões.

Conforme apontou a empresa, as questões envolvendo Brumadinho levaram a empresa a apresentar o seu primeiro Ebitda (lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização) negativo na história, de US\$ 652 milhões no trimestre. Nos primeiros três meses de 2018, a empresa reportou Ebitda de US\$ 3,926 bilhões. Já nos últimos três meses do ano passado, de US\$ 4,467 bilhões.

As despesas da Vale relacionadas à tragédia de Brumadinho alcançaram US\$ 4,504 bilhões de janeiro a março de 2019. O rompimento da barragem ocorreu no fim de janeiro. Desse montante, a maior parcela, de US\$ 2,423 bilhões, teve como origem provisões feitas para acordos, multas e doações. A maior dessas reservas foi destinada ao acordo com a Defensoria Pública, que recebeu US\$ 1,777 bilhão.

Dentro das despesas da Vale, a mineradora também destinou US\$ 1,855 bilhão ao processo de descomissionamento das barragens a montante — que usam tecnologia idêntica a que existia nas instalações de Brumadinho. A empresa cita que houve ainda US\$ 122 milhões em outras despesas e US\$ 104 milhões em gastos incorridos no processo após a tragédia.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data:** 10/05/2019**Seção:** Negócios**Autor:****Título:** Vital para a economia

São Paulo — As duas maiores tragédias da história da mineração do país, a de Mariana, em 2015, e a de Brumadinho, no começo deste ano, reascenderam o debate em torno da importância do setor para a economia do país e dos estados que dependem da extração mineral, como Minas Gerais e Pará.

A conclusão, quase unânime, é a de que, sem a mineração ocorreriam outras catástrofes em várias partes do país, principalmente econômicas, fiscais e sociais. “É impensável para o Brasil e para Minas Gerais abrir mão da atividade da mineração, uma indústria que representa cerca de 4% do PIB brasileiro e 8% das riquezas geradas em território mineiro”, afirma Rinaldo Mancin, diretor do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram). “A extração mineral tem hoje um portfólio de quase uma centena de produtos, sendo a principal atividade econômica de muitas regiões distantes dos grandes centros e inviáveis para outros segmentos produtivos. Afinal, não se pode mover uma reserva de minério de um local para outro”, acrescenta o executivo.

Os números comprovam esse cenário. Um recente estudo realizado pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg) aponta que a atual crise da mineração, causada pela paralisação das atividades da mineradora Samarco e de parte da produção da Vale, pode levar, entre 2019 e 2021, a uma queda de 130 milhões de toneladas na produção de dezenas de minerais, sobretudo minério de ferro.

A hipotética retração causaria a extinção de 1,48 milhão de postos de trabalho somente em Minas Gerais. O contingente de trabalhadores corresponde a mais de 11% do total de desempregados no país, cujo total passa de 12 milhões de pessoas. Com isso, pode haver uma queda de R\$ 6 bilhões na arrecadação do estado com impostos, uma retração de 27% no PIB industrial e uma redução de R\$ 27 bilhões na massa salarial no estado, gerando uma queda de 12% do PIB em três anos.

“Seria um completo colapso. Não há como imaginar Minas Gerais sem a mineração, tanto sob a ótica da economia quanto pela influência da atividade na qualidade de vida da população e da sustentabilidade das finanças dos municípios”, disse o ex-presidente da Samarco, Roberto Carvalho, pouco antes de se aposentar, no ano passado.

Uma cruzada contra o setor de mineração é especialmente preocupante para os municípios. De acordo com o Ibram, embora as cidades paraenses de Parauapebas e Canaã dos Carajás sejam as que mais dependem dos recursos provenientes da extração mineral, Minas Gerais tem 11 municípios entre os 15 do ranking que mais arrecadam com a chamada Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM).

No ano passado, os cofres de Nova Lima — cidade que mais se beneficiou com repasses desse tributo em Minas Gerais — receberam quase R\$ 173 milhões, dinheiro que sustenta escolas, hospitais, limpeza urbana e segurança pública. No caso de Mariana, que recebeu R\$ 106,1 milhões pelo CFEM em 2018, a

inatividade da Samarco resultou em uma queda de 26% na arrecadação e fez o desemprego disparar de 6%, antes do rompimento da barragem de Fundão, para os atuais 27%.

“Estamos vivendo o caos. Sem a mineração, os estragos econômicos e sociais serão gigantescos”, diz o prefeito de Mariana, Duarte Júnior. “Todos dizem que precisamos reduzir nossa dependência da mineração, e isso é verdade.”

O dado mais preocupante em torno da crise da mineração não está nos balanços das gigantes do setor, como Vale, CSN, Samarco, ArcelorMittal, MMX e Usiminas. O problema é que, a cada emprego fechado na mineração, outros 13 são eliminados dentro da cadeia produtiva do setor — gerando um efeito cascata em toda a economia mineira.

Não se trata apenas de conjecturas e projeções, mas uma realidade atual. Um estudo da Associação de Municípios Mineradores de Minas Gerais (Amig) aponta que o corte de 40 milhões de toneladas na extração de minério de ferro anunciado pela Vale vai tirar R\$ 7,7 bilhões da balança comercial de Minas Gerais já neste ano.

Além disso, as paralisações das operações das minas de Timbopeba, no município de Ouro Preto, e de Alegria Sul, em Mariana, determinadas pela Justiça, afetarão em mais R\$ 4,4 bilhões a balança comercial. Juntas, essas reservas têm capacidade de produzir 22,8 milhões toneladas de minério de ferro por ano. Segundo o presidente da Amig e prefeito de Nova Lima, Vitor Penido, uma eventual redução da atividade de mineração em áreas consideradas de alto risco precisa ser promovida de forma gradual. “Não pode haver uma redução drástica da atividade sem planejamento, principalmente em uma fase de grandes desafios fiscais para todo o país”.

É inegável que o setor de mineração não pode, em nenhuma hipótese, seguir suas atividades sem garantir a total segurança de suas operações e barragens. Por outro lado, qualquer planejamento de mudança precisa, segundo especialistas, levar em conta a importância da atividade para a saúde dos recursos públicos e da geração de renda para as famílias mineiras.

Na avaliação do consultor de Relações Institucionais da Amig, Waldir Salvador, a interrupção das atividades pode instaurar um caos social nas cidades mineradoras. “Sem planejamento, cidades sofrerão de forma drástica com o colapso na arrecadação e, conseqüentemente, com a prestação de serviços básicos como saúde, educação, infraestrutura”, afirma.

Perdas da Vale

A Vale informou ontem que registrou prejuízo de R\$ 6,4 bilhões no primeiro trimestre deste ano. Os números são os primeiros divulgados pela mineradora após a tragédia de Brumadinho, em Minas Gerais, que incorporam as perdas financeiras provocadas pela ruptura da barragem. No balanço dos primeiros três meses deste ano, a Vale reconheceu que o impacto financeiro da tragédia de Brumadinho foi de R\$ 19 bilhões no seu Ebitda (resultado operacional medido pelo lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização). Apenas com provisões relacionadas com a tragédia a companhia diz ter reservado R\$ 17,315 bilhões. Os gastos mencionados ocorreram apenas no primeiro trimestre e a companhia informou que não é possível avaliar futuros desembolsos. “No estágio atual das investigações, apurações das causas e possíveis ações de terceiros contra a Vale, não é possível determinar todos os custos que podem ser incorridos em decorrência do evento”, cita o balanço do primeiro trimestre.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 10/05/2019

Seção: Rinaldo Mancin

Autor:

Título: "Impossível imaginar MG sem a mineração"

A crise da mineração tem qual efeito prático sobre a economia?

A mineração é base para outras indústrias. A paralisação ou queda da produção impacta em, pelo menos, outros 22 setores. Entre eles, destaco a siderurgia, a alimentação e o turismo. Qualquer mudança em uma atividade que responde por 4% do PIB nacional e 8% do PIB de Minas Gerais precisa ser bem analisada. O Brasil, sendo um dos maiores produtores de minérios do mundo, pode influenciar até a economia global.

Mas não é aceitável que as empresas continuem operando com barragens inseguras.

É verdade, mas também não é possível imaginar a economia de Minas Gerais sem a mineração. A geração de rejeitos é inerente ao setor. Há um movimento mundial para revisar e aprimorar os padrões atuais de segurança. O Brasil está em linha. Isso será fundamental para o setor recuperar a confiança da sociedade. As empresas precisam estar abertas ao diálogo e mostrar, de forma clara e objetiva, que é possível conciliar a mineração com desenvolvimento econômico e social, com proteção ambiental e políticas que beneficiem a sociedade em longo prazo.

Qual é o cenário para o setor?

O cenário é promissor e coincide com a troca de governo e uma agenda pró-setor produtivo. Estamos confiantes de que houve um amadurecimento de toda a cadeia e que, a partir de agora, as coisas tendem a melhorar. Claro que

existem entraves que precisam ser resolvidos, mas isso já está encaminhado.

Que entraves são esses?

Além do aprimoramento dos padrões e procedimentos de segurança, temos duas questões cruciais para o desenvolvimento da atividade: financiamentos e licenciamento ambiental. No caso dos financiamentos, o Brasil ainda não tem fontes de recursos adequados aos portes dos projetos da mineração. As empresas acabam sendo obrigadas a buscar dinheiro lá fora, em países como Canadá. Já no quesito dos licenciamentos ambientais, isso é feito com pouca inteligência e pouca visão estratégica. O Brasil ainda está preso a uma estrutura de licenciamentos de 30 anos atrás, com uma infinidade de papéis, carimbos e protocolos. Isso tem que mudar.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 10/05/2019

Seção: Opinião

Autor:

Título: A mineração da bauxita é pop

“Temos de tornar a mineração pop em nosso país”, disse recentemente o **ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**. A declaração fazia referência à bem-sucedida campanha publicitária do agronegócio veiculada em horário nobre na Rede Globo. O “Agro é pop” poliu o lado brilhante do segmento e o transformou em sinônimo de modernidade, prosperidade e motivo de orgulho para os brasileiros.

Concordo com o ministro. A mineração nacional merece ter a sua imagem resgatada. Quando praticada de maneira responsável, segura e sustentável, a exploração dos recursos naturais gira a roda da economia, traz desenvolvimento, faz o país crescer.

Pode parecer um despropósito fazer tal afirmação depois das tragédias de Mariana, em 2015, e de Brumadinho, em janeiro deste ano, ambas em Minas Gerais. Mas existem, sim, inúmeros exemplos no país de atividades mineradoras que geram riqueza, ao mesmo tempo em que respeitam o homem e a natureza. A extração da bauxita, minério que, ao ser transformado, dá origem ao alumínio, é um desses casos.

O Brasil possui a quarta maior reserva de bauxita do mundo e ocupa também a quarta posição entre os maiores produtores do minério. Nossa bauxita é considerada de ótima qualidade. Em 2017, produzimos 38 milhões de toneladas, o que coloca o país como um personagem de peso no mercado internacional.

Grande parte — 75% — foi industrializada aqui mesmo, gerando tributos, empregos e agregando valor à cadeia produtiva nacional.

As nossas maiores reservas estão localizadas na Amazônia, no Pará. Uma mina de bauxita é uma operação complexa, que exige investimentos volumosos, planejamento de longo prazo e, sobretudo, diálogo e interação permanentes com as comunidades no entorno do empreendimento. Estamos falando de regiões remotas, muitas vezes alcançadas de forma precária pelo braço do poder constituído. Nesse caso, são as companhias de mineração que levam infraestrutura, serviços básicos e uma rede de apoio às populações locais, na forma de programas e benefícios.

À responsabilidade social dessas empresas corresponde igualmente o cuidado com o meio ambiente. Aqui vale um parêntese: para operar no Brasil, um empreendimento de mineração tem de cumprir uma série de licenças ambientais, além, claro, de seguir a legislação específica em vigor, que está longe de ser permissiva. As empresas de mineração de bauxita filiadas à Associação Brasileira do Alumínio (Abal) vão além do que exige a lei brasileira, pois estão alinhadas às melhores práticas de mineração responsável e sustentável no mundo.

A lavra da bauxita segue principalmente o método mining strips: grandes tiras de terra que são mineradas e recuperadas em sequência. O processo começa com a cuidadosa remoção da cobertura vegetal e da camada de estéreis da terra. Ambas são preservadas para reuso. Em seguida, a bauxita é extraída e levada para beneficiamento. Quando a lavra na tira chega ao fim, uma nova é aberta, ao mesmo tempo em que se inicia a recuperação da terra minerada, com a devolução da camada de estéreis e da cobertura vegetal originais, além do replantio de espécies endêmicas. As filiadas da Abal mantêm a relação de um para um entre área minerada e área reabilitada.

Investimento em tecnologia, em pesquisa e alto grau de responsabilidade ambiental estão por trás de histórias de sucesso, como na região de Mirai, em Minas Gerais, onde a Companhia Brasileira de Alumínio (CBA) mantém lavras de bauxita em áreas que foram lavouras de café. Graças a um programa de recuperação de terras desenvolvido pela CBA em parceria com uma universidade local, as antigas lavras foram novamente cultivadas com café e, hoje, apresentam produtividade maior do que antes de servirem à mineração.

A Alcoa e a Hydro, nas áreas de mineração no Pará, aplicam métodos inovadores que aceleram a recuperação do solo. Um exemplo é a técnica de nucleação, que proporciona uma diminuição na emissão de gases do efeito estufa. A Mineração Rio do Norte (MRN), no entorno das áreas de lavra, promove ações de conservação e pesquisa ambiental por meio de convênios

com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e com as Faculdades Integradas do Tapajós (FIT), no Pará.

Ou seja, nada a ver com a imagem da exploração predatória de garimpos ilegais que ronda o imaginário nacional, principalmente o do público urbano, quando a palavra mineração entra na conversa. Se sua reputação está arranhada, é a hora de recuperá-la, pois se trata de atividade estratégica para o país. E isso é responsabilidade de empresas, como as da indústria do alumínio, que a praticam dentro de padrões de governança corporativa, sustentabilidade e segurança social e ambiental. Para resumir numa expressão: a mineração da bauxita já é pop. É hora de termos orgulho do que construímos.

MME / ASCOM .